

DA TEORIA A PRÁTICA: AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO EM CASTRO-PR.

Samara Hevelize de Lima ¹

Elizabeth Johansen ²

INTRODUÇÃO

A cidade de Castro, situada no centro sul do Paraná, a 159 km da capital Curitiba é uma cidade histórica e turística, pois possui uma história visual muito marcante. Alguns de seus prédios históricos vencem a ação do tempo e perduram por mais de um século, mantendo vivos os traços da origem dessa cidade. Castro nasceu às margens do Rio Iapó no auge do tropeirismo, importante ciclo econômico a partir do século XVIII, em que tropas de muares migravam do Rio Grande do Sul para Sorocaba. Nesse processo de travessia passaram pela região dos Campos Gerais muitas famílias de posses, que se instalaram na cidade, ainda chamada freguesia de Sant'Anna. Essas famílias administraram fazendas de cultivo e criação, criaram centros comerciais de diferentes utilidades, trazendo um pouco da cultura da Capitania de São Paulo e de Portugal. Além do ciclo tropeiro, menciono no contexto, o início da imigração polonesa, alemã, italiana e principalmente holandesa na região a partir da segunda metade do século XIX. Essa mescla cultural é perceptível em diferentes setores da vida castrense, inclusive em sua arquitetura. Esse patrimônio material arquitetônico é o foco da presente pesquisa, um patrimônio vasto, fundamental para a construção e permanência de memórias e identidades, responsável também por alguns dos elos entre a sociedade castrense e sua identidade.

O propósito dessa pesquisa se foca no entendimento de como o patrimônio foi e é debatido na teoria, principalmente no que tange o quesito políticas públicas, e como essa teoria se aplica na prática, analisando qual a situação atual de quatro prédios históricos da cidade, que são: Museu do Tropeiro, Museu Casa de Sinhara, Galeria Casa da Praça e Casa de Cultura Emília Erichsen. A escolha desse conjunto predial, está relacionada com o fato dos quatro espaços serem espaços museais e de fomento a cultura, fato que apresenta a importância histórica, cultural e memorial das casas. Através disso, podemos ter uma noção de como um bem público e histórico, de significância para a cidade é tratado em seu cotidiano.

Quando pensamos em preservação do patrimônio, temos que entender que esse patrimônio está diretamente ligado a uma sociedade, grupo ou indivíduo, essa ligação ocorre através de símbolos que estão vinculados diretamente com a cultura do espaço/grupo que o criou, sendo os mesmos, produtores e receptores e por consequência, preservadores. Segundo a concepção de Aline Santos, Margarete Gonçalves e Silvana Bojanoski:

Resumo: Este trabalho trás como objeto de estudo o mapeamento de como se constituiu as legislações de preservação do patrimônio arquitetônico do município de Castro, buscando desde as Cartas Patrimoniais debatidas a nível internacional, os desdobramentos que permitiram que o debate a respeito do tema adentrasse a cidade de Castro. Sendo apresentado na presente pesquisa, como forma de intercalar com a legislação vigente, a condição atual de quatro prédios de valor histórico-cultural, sendo eles: Museu do Tropeiro, Museu Casa de Sinhara, Galeria Casa da Praça e Casa de Cultura Emília Erichsen. Todos caracterizados como espaço de preservação.

¹ Graduada em História pela UEPG. Email: samarahevelize@hotmail.com

² Orientadora. Mestre em História (UFPR). Professora do Depto. História (UEPG).

A noção contemporânea de patrimônio vem da consideração do uso simbólico que os diferentes grupos sociais fazem de seus bens – materiais ou imateriais – ou seja, dos valores que são atribuídos a esses bens. Sendo assim, a seleção dos bens é um ato intelectual que só se constitui quando “alguém” seleciona como signo cultural [...] Se a crescente preocupação com a proteção do patrimônio cultural reflete o grande desejo de valorizar as memórias compartilhadas de certos grupos, essa ação não deve ser entendida como uma nostálgica volta ao passado ou uma recusa em se viver nosso tempo [...] Mais que salvaguarda de resquícios do passado, a proteção do patrimônio cultural é um trabalho de reapropriação, restituição e reabilitação do próprio presente, com vistas a um futuro de relações sociais mais justas (BOJANOSKI, GONÇALVES, SANTOS, 2012, p. 20).

Sendo assim, para que a memória desse patrimônio não se perca, é necessário não analisá-lo apenas como algo antigo, ligado a um passado distante que nenhuma influência exerce em nossas vidas contemporâneas, é necessário saber interligá-lo, com os fatos que aconteceram, suas influências sobre o presente e as construções possíveis para o futuro.

A preservação desse patrimônio torna-se fundamental, para representar um espaço/grupo e assim preservar a visualidade da memória identitária. A conscientização em preservá-lo vem se desdobrando ao longo do tempo, através de ações e discussões acerca do mapeamento desse patrimônio e de como preservá-lo, ganhando ênfase no período da Revolução Francesa, onde a demolição de diversos símbolos históricos acarretou no pensamento de se preservar os edifícios que possuísem importância nacional, e assim garantir a preservação da memória representada nas edificações (MATTOS; PESSÔA, 2007, p. 85-104). No Brasil, as medidas iniciais já vinham se desdobrando desde o período colonial, ganhando destaque e ações na década de 1930, através do anteprojeto de lei, criado por Mário de Andrade que coloca em prática a criação de um órgão responsável pela gestão patrimonial, o SPHAN (FONSECA, 2009, p. 81). A criação do SPHAN abre margem para a discussão de preservação do patrimônio em solo nacional, constituindo o que deveria ser preservado, que interesses esses bens representam para a história nacional.

O patrimônio, seja ele material ou imaterial, está relacionado com dois conceitos-chaves, a memória e a identidade, segundo Pelegrini, esses dois conceitos são fundamentais no quesito “ações patrimonialistas, uma vez que os bens culturais são pre-

servados em função dos sentidos que despertam e dos vínculos que mantêm com as identidades culturais” (PELEGRINI, 2006, p. 116).

Para Le Goff (1997, p. 139) essa identidade é formada do conjunto de memórias individuais e coletivas, que se constroem através de vínculos em que o indivíduo interage não somente com aqueles outros indivíduos que o cercam, como com o espaço e a cultura em que estão inseridos. Esse vínculo cria elos afetivos, possibilitando que essa população enxergue-se como “sujeitos da história”, e passem a se conscientizar sobre possuírem não somente direitos, mas também deveres para com sua localidade, e conseqüentemente com sua cultura (PELEGRINI, op. cit., p. 116-117).

Esses deveres da sociedade para com sua cultura, se acarreta como a aceitação da mesma como vinculada a sua própria história, e assim a conscientização da preservação dos monumentos e símbolos que estão ligados diretamente com essa cultura, porém, ir além da preservação da memória cultural, preservar o físico a qual essa memória está vinculada, fato que encontra dificuldades em se concretizar. Dominique Poulot (2009, p. 13), parafraseando André Chastel, em uma frase que resume bem a dificuldade encontrada em se preservar a memória física diz que, segundo Chastel, “O patrimônio reconhece-se pelo fato de que sua perda constitui um sacrifício e que sua conservação pressupõe sacrifícios”.

Esses sacrifícios encontrados em conservar um bem histórico está pautado em sua grande maioria pela burocracia que envolve as ações preservacionistas, e do desinteresse por parte do poder público, em manter, seguindo as legislações vigentes, os bens tidos como patrimônio histórico cultural.

No discurso governamental, seja ele, federal, estadual ou municipal de proteção patrimonial, as políticas públicas patrimoniais desenvolvem projetos e tratamentos adequados para a melhor permanência da memória material, garantindo a manutenção e a solidez do patrimônio. Segundo a visão de Teixeira políticas públicas são:

[...] diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. [...] Elaborar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que conseqüências e para quem. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

Porém, muitas dessas ações e projetos não saem do papel, ou não se concluem, deixando os prédios históricos abandonados. Esse fato ocorre em diversas localidades, onde nota-se a falta de uma consciência preservacionista para com a memória edificada, uma falha não somente política, mas também social. Fonseca frisa bem esse caráter:

[...] falar de uma política pública de preservação supõe não apenas levar em conta a representatividade do patrimônio oficial em termos de diversidade cultural brasileira, e a abertura à participação na produção e na gestão do patrimônio, como também as condições de apropriação desse universo simbólico por parte da população (FONSECA, op. cit, p. 29).

A grande maioria da população desconhece as políticas norteadoras para a preservação do patrimônio edificado, se deixando levar pelo comodismo, achando que a degradação dos prédios históricos segue uma ordem natural, não avaliando que a vida útil do edifício poderia ser ampliada, através da execução correta e disciplinada das práticas e ações que visam à desaceleração da degradação, além de fomentar a preservação visual e cultural da memória.

Com base nessas explicações iniciais essa monografia foi organizada em três capítulos.

O primeiro capítulo se concentra em um levantamento histórico a respeito da cidade de Castro e das quatro casas, distintamente, de valor histórico cultural que compõem esse trabalho, pautando nos processos de desenvolvimento da cidade, e as influências que a mesma sofreu através de dois momentos importantes, o tropeirismo e a imigração. O intuito desse capítulo é apresentar não somente a cidade, mas os espaços arquitetônicos que são o foco e a fonte principal dessa pesquisa.

O segundo capítulo discorre sobre o conceito de patrimônio e como ele se desenvolveu, inicialmente em parâmetros mundiais, através principalmente das Cartas Patrimoniais, documentos de destaque em toda a discussão entorno do estudos dos patrimônios e sua respectiva conservação. Conforme o avanço do capítulo, este foi pautado nos conceitos patrimoniais em âmbito nacional, estadual e municipal, observando como na teoria as políticas públicas patrimoniais regem o patrimônio, principalmente edificado, nesses respectivos âmbitos.

O terceiro capítulo torna-se um seguimento do segundo na observação patrimonial, porém passando para o caráter prático, apresentando, através de registros fotográficos e de apontamentos listados em dois momentos distintos, qual a atual situação

dos espaços, demonstrando a distância que existe entre teoria e prática de preservação patrimonial.

A metodologia utilizada para a conclusão deste trabalho se divide em quatro fases: Levantamento teórico, Levantamento legislativo, Levantamento fotográfico e Avaliação dos bens arquitetônicos.

Levantamento teórico: A respeito da construção e desenvolvimento históricos da cidade foi utilizada a obra de José Pedro Novaes Rosas, intitulada “A Fundação da Cidade de Castro” (ROSAS, 1993), devido a gama de informações nela contidas e fundamentais para a construção do primeiro capítulo. A construção do histórico das casas foi possível através de pesquisas realizadas em materiais bibliográficos e documentais cedidos pelo Museu do Tropeiro – Castro, Paraná. Materiais, que se apresentaram na forma de livros, artigos não publicados, documentos oficiais e extra oficiais, possíveis de serem observados na transcrição do capítulo.

No quesito patrimônio, a discussão foi possível através de duas obras de Maria Cecília Londres Fonseca, intituladas “Para além de pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural” (FONSECA, 2009) e “O patrimônio em processo” (FONSECA, 2009), com as quais foi possível o entendimento de alguns desdobramentos históricos no quesito políticas públicas patrimoniais. Além dessas obras, o estudo do conjunto de Cartas Patrimoniais se fez presente para entender como ocorreu a formação do conceito de patrimônio e quais as medidas regulamentadoras foram adotadas para a conservação dos bens, seja de caráter material ou imaterial.

Levantamento Legislativo: com o mapeamento das políticas públicas que norteiam o patrimônio em âmbitos nacional, estadual e municipal foi possível entender como a visão de bem patrimonial cultural se desenvolve na hierarquia governamental, sendo utilizado para esse momento da pesquisa, o conjunto de leis e decretos listados no tópico “Fontes” no final deste trabalho.

Levantamento Fotográfico: Os registros fotográficos utilizados procedem de tutores fundamentais: Acervo do Museu do Tropeiro, Acervo pessoal de Márcio Bueno e Acervo pessoal da autora.

Avaliação dos bens arquitetônicos: baseado em itens contidos das legislações acima citadas foi possível aplicar a etapa de avaliação dos prédios, que ocorreu seguindo dois momentos: vivência indireta e visitas oficiais.

A vivência indireta ocorreu durante o período em que exerci a função de estagiária pela Prefeitura Municipal de Castro, estagiando nas casas citadas entre outubro de 2012 a novembro de 2013. Durante esse período estive envolvida em diversas situações relativas às casas estudadas.

As visitas oficiais para a avaliação da condição dos prédios, ocorreram em dois momentos distintos, inicialmente em saída de campo da disciplina de Arquivos, Museus e Patrimônio Histórico I em março de 2013, sob a supervisão da professora Elizabeth Johansen, e a segunda visita ocorreu no início de 2014, em ambas as visitas registros fotográficos foram feitos, além de serem pautados dados como: conservação, estrutura, espacialidade e manutenção. Para a presente pesquisa foi intensificada a observação do quesito conservação estrutural das casas, sendo analisado os seguintes itens:

Estado de conservação do prédio: Qual a condição atual do prédio, seu estado de conservação, comparando com as demais casas.

Alterações de estrutura: as intervenções de fachada sofridas pelas casas observadas.

Situação da estrutura atual: se a estrutura das casas apresentam rachaduras, infiltrações, danificações de agentes externos e internos, recorrência de goteiras e possíveis danos causados pela ação do tempo.

Área externa: como se constitui a área ao entorno do espaço, levando em consideração a relação do urbano antigo com o urbano moderno e de itens que possam comprometer a estrutura das casas.

De pouso à cidade: as transformações físicas e históricas de Castro

A cidade de Castro é conhecida como “Cidade Mãe do Paraná”, a primeira oficialmente paranaense, devido ao fato da sua elevação ter acontecido em 1857, quatro anos após a emancipação política do Paraná, que ocorreu em 1853, deixando de ser a Quinta Comarca de São Paulo (MENDES, 2004).

Em meados do século XVIII diversas regiões, do hoje conhecido como Estado do Paraná, eram habitadas por tribos indígenas e possuíam abundantes pastagens. Como forma de colonizar essas áreas e ativar a economia branca no sul do país, a Coroa Portuguesa, através do Regime das Sesmarias, que era a doação de lotes de terras a famílias que pretendiam explorar

essas áreas, doou em meados de 1704, uma vasta região, da chamada Sesmaria da Paragem do Iapó, que compreende hoje a região dos atuais municípios de Castro, Ponta Grossa, Carambeí, Piraí do Sul e Jaguaíva (BORBA, 1986, p. 15), a diversos membros da Família de Pedro Taques de Almeida.

As terras que hoje abrigam o centro da cidade de Castro, ou seja, ao entorno do rio Iapó, ficaram de posse do Capitão Mor Pedro Taques de Almeida até seu falecimento em meados de 1713, quando por herança, as terras passaram a pertencer ao seu filho José de Góes e Moraes (BORBA, 1986, p. 15).

Após 1730, com o início do fluxo de tropas de gado muar do Rio Grande do Sul para Sorocaba, muitas famílias, com a permissão de José Góes e Moraes, migraram para a região ao entorno do Rio Iapó e ergueram suas moradias, visando algum ganho com a criação de gado, preparo do couro ou abastecimento das tropas que por ali passavam.

Tropeirismo

Segundo Lígia Carneiro, o tropeirismo como movimento surge no século XVIII com o transporte de gado muar. No entanto, é interessante ressaltar que ele se desenvolveu porque no século XVII ocorreu a descoberta do ouro no centro oeste do Brasil, que movimentou um número grande de pessoas à região de Minas Gerais. Esse fluxo migratório intenso gerou na região a falta de alimentos e de recursos básicos, causando crises econômicas e sociais. O crescimento populacional e, por consequência das cidades levou a necessidade de animais aptos para o transporte de carga e comercialização, auxiliando no desenvolvimento do comércio principalmente nas áreas mineradoras. O olhar então pairou sobre os muars criados pelas missões jesuíticas no sul do país, pois eram animais resistentes para o serviço proposto, iniciando o trânsito das tropas, que transportavam esses animais até a feira de Sorocaba, para serem comercializados, distribuídos e utilizados nas Minas Gerais (SUPRINYAK, 2006).

O primeiro projeto de abertura do caminho para ligar o extremo sul ao sudeste do país, foi idealizado por Bartolomeu Pais de Abreu, sesmeiro da Paragem do Iapó e capitão de infantaria, em meados de 1720. Sua proposta de abertura de caminho, que ligaria Curitiba a Colônia Sacramento, foi enviada a Portugal para a análise de D. João V em maio de 1720 (DINIZ; EHALT; MELLO; VILLELA, 2003, p. 26), mostrando os benefícios que esta acarretaria.

Apesar de sua ideia ter sido aceita, Bartolomeu Pais de Abreu ficou preso injustamente por mais de um ano por sedição³, mudando-se posteriormente para Cuiabá. Por decisão do Governador da Capitania de São Paulo, Antonio da Silva Caldeira Pimentel, em 1727 Pais de Abreu foi substituído no empreendimento de abertura, pelo sargento-mor Francisco de Souza e Faria (NUNES, 2009, p. 27).

O primeiro caminho aberto chamava-se Caminho dos Conventos ou Caminho de Souza Farias. Este saía de Araranguá em Santa Catarina e seguia a Curitiba, tendo como destino final a Feira de Sorocaba. Após 1730, Cristóvão Pereira de Abreu redesenhou o traçado de Souza e Faria, partindo da região de Viamão, no Rio Grande do Sul, migrando até chegar aos campos de Curitiba, e posteriormente a Minas Gerais (OLIVEIRA, 2004, p. 192). Segundo Nunes o caminho:

Ficou conhecido como Caminho das Tropas, ou Estrada Real, e levou cerca de dois anos para ser concluído. Ao mesmo tempo em que abriam caminho, Cristóvão e os homens que o acompanhavam, levavam tropas de gado apanhadas na Vacaria Del Mar para comercializar ao fim da viagem [...], o tropeiro construiu pontes, de forma a consertar as deficiências do precário caminho aberto anteriormente por Souza e Faria. (NUNES, p. 28)

Após os reparos feitos na estrada e o traçado de um novo caminho Abreu retornou ao sul:

[...] de volta à Colônia Sacramento, então domínio português e local onde residia, Cristóvão Pereira de Abreu uniu-se a outros tropeiros, reuniu 3 mil cavalos e mulas, contratou 130 peões e partiu para São Paulo e Minas Gerais, conduzindo a primeira tropa registrada na história da colônia. Após treze meses de viagem, chegou a Curitiba e em 1753, esteve em Minas Gerais, após cortar o Vale do Paraíba e atravessar a Serra da Mantiqueira, vendeu a sua tropa a peso de ouro (RIBEIRO, 2006, p. 141).

Com este feito, Cristóvão Pereira de Abreu passou a ser conhecido como o primeiro Tropeiro do Sul, vindo a falecer em 1755, na Vila de Rio Grande, no Rio Grande do Sul (DINIZ; EHALT; MELLO; VILLELA, 2003, p. 31).

Com o estabelecimento do Caminho das Tropas, Castro tornou-se local de travessia das tropas de gado muar, tendo inicialmente como ponto de pouso e travessia o conhecido Vau⁴ de Cima (DINIZ; EHALT; MELLO; VILLELA, 2003, p. 28). Esse

lugar ficava nas terras da Fazenda Capão Alto, terras essas que foram transferidas por José de Góes e Moraes aos religiosos de Nossa Senhora do Monte do Carmo, em 1751 (DINIZ; EHALT; MELLO; VILLELA, 2003, p. 30). Os carmelitas que ali habitaram inicialmente cooperaram com a população que migrava para as regiões do lapó, no entanto, a agitação causada pelas tropas incomodaram a ordem dos religiosos, provocando a expulsão dos tropeiros daquelas terras. Estes precisaram mudar seu local de pouso para as terras circunvizinhas a recente Capela construída em homenagem a Sant'Ana, na região conhecida como Vau de Baixo do rio lapó.

A Capela citada acima foi uma das construções mais significativas para o surgimento da cidade de Castro, tendo sido construída na década de 1740. Segundo Rosas:

Inácio de Almeida Taques, [sobrinho de José de Góes e Moraes] ao receber as terras [do Tapauacanga ao lapó], mandou levantar, uma capelinha tosca, consagrada a Nossa Senhora Sant'Anna. O movimento crescente de animais, passando o porto do lapó como se mencionava, já possuindo a sua capelinha, foi congregando mais moradores e logo foi conhecendo melhor a segurança do pernoite das tropas, sem estravio nem confusão (ROSAS, p. 13)

Em pouco tempo a capelinha tosca necessitava de reparos, iniciando, em meados da década de 1760, a primeira reforma. Havia a necessidade da mesma ser concluída e possuir um pároco para o pouso ser elevado a categoria de Freguesia⁵, fato que ocorreu na década de 1770, quando o pouso passou a ser conhecido por Freguesia de Sant'Anna do lapó, subordinada administrativamente à Câmara da Vila de Curitiba. O primeiro pároco responsável foi o Frei José de Santa Tereza de Jesus, religioso da Ordem de São Francisco (DINIZ; VILELA, 2009, p. 6)

Segundo dados da Câmara Municipal de Castro, no ano de 1780, a freguesia “contava com 688 pessoas, sendo 479 livres e 209 escravos, possuindo economia predominantemente agrícola [...]” (CÂMARA, 2014). O desenvolvimento da Freguesia promoveu o surgimento de novas fazendas, além do crescente aumento de casas comerciais relacionadas à fabricação de instrumentos de couro e ferro, ramo alimentício e alfaiatarias. Esses dados mostram o rápido progresso da Freguesia, que devido ao seu desenvolvimento foi elevada a categoria de Vila em

3 Sedição significa: Crime contra a segurança do Estado; sublevação, revolta, motim. Perturbação da ordem pública. (FERREIRA, 2014)

4 Vau significa: Lugar do rio ou outra porção de água onde esta é pouco funda e por isso pode ser transposta a pé ou a cavalo. (FERREIRA, 2008 – 2014)

5 Freguesia significa: Clientela, grupo de compradores. Distrito de uma paróquia. Pequena povoação. (FERREIRA, 2008 – 2014).

vinde de janeiro de 1789, sob a autorização do Governador da Capitania de São Paulo, o Capitão General Bernardo José de Lorena, recebendo um novo nome: Vila Nova de Castro.⁶ Para demarcar o início dessa nova fase da região, foi elevado o Pelourinho, símbolo da justiça e da autoridade, demarcando-se o local de fundação da Câmara Municipal e da Cadeia da Vila de Castro. Segundo Diniz, o local escolhido inicialmente era próximo ao Rio Iapó, porém “o local foi mudado para alto da colina, Largo do Rosário, próximo ao potreiro do Capitão Ignácio Taques – Hoje Edifício Escolar Vicente Machado - Pátio do Pelourinho.” (DINIZ, 2010, p. 1)

Nos anos seguintes, ou seja, meados de 1810, iniciou-se a construção da nova Igreja Matriz de Sant’Ana, pois a capelinha em homenagem a santa começava a ruir. Foi um processo lento até a finalização da primeira fase da Igreja em 1876, no entanto, sem as torres, sendo que no projeto inicial o templo possuía duas torres.

Nesse contexto dois viajantes se mostram importantes para a descrição ou ambientação da estrutura da Vila de Castro. Os dois visitantes eram franceses, o botânico Auguste de Saint-Hilaire, que visitou a vila em 1820 e Jean Baptiste Debret, em 1827.

Saint-Hilaire, em seu livro *Viagem pela Comarca de Curitiba* (SAINT-HILAIRE, 1995), publicado originalmente na França em 1851, apresenta física e culturalmente a Vila de Castro, dedicando um capítulo para a descrição.

Segundo o botânico Francês, “o termo de Castro era limitado, ao nordeste pelo Itararé [...] e ao sul era separado do termo de Curitiba pelo Rio Tibagi[...]” (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 77) adentrando em Castro, vindo da região onde hoje encontra-se a cidade de Tibagi, ele descreve que ao aproximar-se visualiza “algumas casinhas espalhadas sob essas majestosas árvores [araucárias] e mais abaixo, um vasto relvado que se estende até a vila” (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 74), proporcionando a dimensão da extensão territorial da mesma, que em sua maioria era habitada por indígenas. Outro ponto abordado pelo viajante que se torna interessante mencionar é a visão de cultura rústica observada no homem do interior, visto que este não necessitava de luxo e requinte para viver. Em determinado trecho, o viajante se atém a uma breve descrição da casa de

seu anfitrião José Carneiro Lobo, observando que a mesma não possuía traços elegantes ou móveis finos, sendo sua modesta sala desprovida de assoalho e forro (ROSAS, p. 80), mostrando a ausência de requinte que a cultura campestre estava sujeita.

Em outro trecho de sua descrição é perceptível como ocorria a organização espacial:

A vila de Castro se compunha, à época de minha viagem, de uma centena de casas que se enfileiravam ao longo de três ruas compridas. As casas eram muito pequenas e feitas com paus cruzados, parecendo bastante com as dos nossos camponeses de Sologne, com a diferença de que eram mais iluminadas, talvez. E com menos mobília. Depois das emigrações provocadas pela construção do caminho de Guarapuava, a maioria das casinhas, como já tive ocasião de dizer, estava abandonada e em ruínas. (ROSAS, p. 75)

Essa imagem descrita por Saint-Hilaire, pode ser facilmente associada, mas já com modificações, com a aquarela de Debret, pintada anos mais tarde, em 1827, pois as casas representadas no quadro aparentam ter uma estrutura um pouco melhor que apenas “paus cruzados”:

Não é perceptível a quantidade de casas que se estendiam para além da paisagem de Debret, porém, segundo Maria Schelesky (1997, p. 61) estimava-se que havia pouco mais de cem casas ao entorno da capelinha primitiva em devoção a Sant’Ana, a qual notava-se à frente da construção da nova Igreja Matriz. Essa organização ao entorno da capela era comum nas vilas coloniais, segundo Marx “todo lugarejo viu sua incipiente ordenação jurídica refletida na sua frouxa disposição física inicial [...], com certeza de uma ermida ou capela” (MARX, apud ROMAGNOLLI; DEUS; TEIXEIRA; RICARDO, 2012, p. 7)

Arquitetura

Na constituição da estrutura da vila, observam-se traços europeus (português e espanhol) principalmente na ordenação das casas e das ruas, visto que estas eram determinadas pelas construções das casas pois:

[...] durante o período colonial a arquitetura residencial urbana estava baseada em um tipo de lote com características bastante definidas. Aproveitando antigas tradições urbanísticas de Portugal, nossas vilas

6 Segundo Rosas, o nome da cidade é uma “homenagem” a Martinho de Mello e Castro, Ministro dos Negócios Ultramarinos de Portugal. Por volta do início da década de 1780, foi preso o Capitão Manuel Guimarães residente da Freguesia do Sant’Ana do Iapó, acusado de sonegação de impostos, ficando recluso na prisão de Limoeiro em Lisboa. Em encontro com o Ministro Mello e Castro, o capitão propôs um acordo, que “se lhe concedesse liberdade trabalharia junto aos seus amigos para que a freguesia fosse elevada à Vila, com o nome do Ministro”. Fato que se concretizou após o retorno de Guimarães ao Brasil. (ROSAS, p. 37-52)

e cidades apresentavam ruas de aspecto uniforme, com residências construídas sobre o alinhamento das vias públicas e paredes laterais sobre os limites dos terrenos. Não havia meio-termo; as casas eram urbanas ou rurais, não se concebendo casas urbanas recuadas e com jardins. [...] em lotes mais ou menos uniformes, com cerca de dez metros de frente e de grande profundidade (MARX, apud ROMAGNOLLI; DEUS; TEIXEIRA; RICARDO, 2012, p. 22)

Na aquarela de Debret, apresentada acima, compreendemos essa ordenação citada por Reis Filho, onde as casas não possuíam portões que as separassem das ruas, não havendo uma demarcação física além das paredes das fachadas das casas. Outro detalhe que podemos perceber é referente a construção dos imóveis, ou seja, observa-se na imagem que são casas simples, como mencionado por Saint-Hilaire em seu texto, estas não apresentam o requinte das mansões das grandes cidades descritas pelo botânico francês. Em outro trecho de seu livro, ele menciona que uma das casas na qual ficou hospedado, era considerada a melhor casa do vilarejo, no entanto, não possuía assoalho nem forro. Reis Filho explica essa rusticidade ao alegar que:

As técnicas construtivas eram geralmente primitivas. Nos casos mais simples as paredes eram de pau-a-pique, adobe ou taipa de pilão e nas residências mais importantes empregava-se pedra e barro, mais raramente tijolos ou ainda pedra e cal. [...] A simplicidade das técnicas denunciava, assim claramente, o primitivismo tecnológico de nossa sociedade colonial: abundância de mão de obra determinada pela existência do trabalho escravo, mas ausência de aperfeiçoamentos. (MARX, apud ROMAGNOLLI; DEUS; TEIXEIRA; RICARDO, 2012, p. 26)

A arquitetura castrense se resumia no período colonial, principalmente em casas feitas de taipa-de-pilão⁷, madeira e/ou pedra, recebendo influência da arquitetura paulistana, mas com a chegada da corte real portuguesa ao Brasil em 1808, um novo estilo trazido da Europa foi incorporado à arquitetura brasileira, o estilo Neoclássico⁸, implantado nos grandes centros. Porém, esse estilo não se aplicava inteiramente nas regiões interioranas, como foi o caso

de Castro no decorrer do século XIX. Segundo Reis Filho, as residências urbanas do interior:

[...] constituíam cópias imperfeitas da arquitetura dos grandes centros do litoral. [...] Os elementos estruturais, sempre grosseiros, construídos de taipa de pilão, adobe ou pau-a-pique – portanto de terra – não permitiram o uso de colunatas, escadarias, frontões ou quaisquer tipos de soluções mais complexas. Nessas condições, as características neoclássicas ficavam restritas apenas a elementos de acabamento das fachadas, com importância secundária, como platibandas, com seus vasos e suas figuras de louça ou as portas e janelas arrematadas com vergas de arco pleno, [...] aos enfeites de gesso e aos papéis decorativos importados, aplicados sobre as paredes de terra, socadas por escravos. (REIS FILHO, 1970, p. 124-126)

Três das quatro casas que serão apresentadas nessa pesquisa foram construídas durante o processo de transição do estilo Colonial para o Neoclássico no Paraná, possuindo assim poucos traços do novo estilo arquitetônico que ganhou destaque na região no início do século XIX, e em Castro intensificou somente após os processos desenvolvimentistas que acarretaram na elevação da vila em cidade, em 21 de Janeiro de 1857 assinado pelo vice-presidente da província do Paraná, José Antonio Vaz de Carvalhaes. (PROVÍNCIA DO PARANÁ, 1857, p. 62)

Imigração

A imigração também se constitui como um ponto fundamental no desenvolvimento e modernização da cidade de Castro, influenciando diversos setores como cultura, arquitetura, culinária, política, economia, etc. Incentivado pelo Governo brasileiro, o processo imigratório no país teve um fluxo intenso a partir da metade do século XIX (BARROS, 2007, p. 13), onde o mesmo se vincula diretamente com o trabalho nas grandes lavouras do país, principalmente nas lavouras de café, onde os imigrantes, em sua grande maioria europeus, eram usados como mão-de-obra para suprir o déficit de trabalhadores no campo, fato

7 "A taipa de pilão foi o material mais empregado nas construções coloniais no Brasil, devido sobretudo à abundância de matéria prima [...], à relativa facilidade de execução, [e] à satisfatória durabilidade. [...] É uma técnica de origem mourisca praticada pelos portugueses e espanhóis desde tempos imemoriais, conhecida também pelos negros africanos. [...] A técnica consiste em amassar com um pilão o barro [barro vermelho] colocado em formas de madeira, os *taipais*, semelhantes às formas de concreto utilizadas hoje. Os *taipais* têm somente os elementos laterais, e são estruturados por tábuas e montantes de madeira, fixados por meio de cunhas, em baixo, e um torniquete em cima. [...] A secagem durava de 4 a 6 meses, findos os quais as paredes poderiam receber revestimento, geralmente argamassa de cal e areia, que lhe aumentava a resistência. A esta argamassa era, às vezes acrescentada "bosta de vaca" [como ocorre em muitas das casas castrenses]". (COLIN, 2010)

8 A Arquitetura neoclássica foi produto da reação anti-barroco e anti-rococó, levada a cabo pelos novos artistas-intelectuais do século XVIII. [...] No entanto, o Neoclassicismo propõe a discussão dos valores clássicos, em contraposição ao Classicismo renascentista, para os neoclassicistas, os princípios da era clássica deveriam ser adaptados à realidade moderna. Algumas características da arquitetura: utilização de materiais nobres; processos técnicos avançados; formas regulares, geométricas e simétricas; volumes corpóreos maciços, bem definidos por planos murais lisos; uso de abóbada de berço ou de aresta; uso de cúpulas, com frequência, marcadas pela monumentalidade; frontões triangulares, etc. (JORGE, s.d.)

que ocorre após os processos abolicionistas.

O fluxo de estrangeiros também foi incentivado como forma de ocupar território ditos como “vazios demográficos” (GABRIEL, 2011, p. 67) no espaço nacional, fato que ocorre intensamente no Paraná, onde os estrangeiros eram bem esperados, defendendo-se o discurso de que estes eram conhecedores de técnicas agrícolas avançadas, sendo benéficos para o desenvolvimento de uma agricultura de abastecimento. O fluxo migratório para o Paraná teve por principais etnias os alemães, vindos inicialmente em 1829, mas também os russo-alemães, italianos, ucranianos, poloneses e sírio-libaneses na década de 1870, e os holandeses e japoneses no início do século XX. (GÂNDARA; MASCARENHAS, 2012, p. 139)

Na cidade de Castro, a presença de imigrantes particularmente de origem eslava, alemã, holandesa e japonesa se mostrou muito marcante, onde os mesmos se estabeleceram na cidade após a década de 1880, vindos não somente da Europa, mas também de outras áreas do Brasil, onde não conseguiram se adequar. Formaram núcleos de habitação como uma forma de preservação de suas origens culturais, porém a grande maioria desses imigrantes, se estabeleceram na área urbana, auxiliando na modernização da vida castrense e promovendo o desenvolvimento de profissões até então pouco conhecidas na região. Seus afazeres iam dos mais diversos ramos, alguns eram artesões, professores, eclesiásticos, jornalistas, cientistas, alfaiates, sapateiros, arquitetos, fotógrafos, médicos, etc. Não somente auxiliaram no quesito profissional, como também exerceram forte influência na política, na economia, no social e na estrutura da cidade, principalmente após a criação diversas associações e cooperativas urbanas. (LEANDRO, 1995, p. 20)

A arquitetura castrense sofreu algumas influências desse processo migratório, onde as técnicas de construção e acabamento dos imóveis, antes rústicas passaram a ganhar traços mais requintados, aperfeiçoando as técnicas construtivas.

Segundo Reis Filho uma das grandes transformações verificadas, foi a “libertação das construções em relação aos limites dos lotes” (REIS FILHO, p. 44), pois, as casas além de ganharem jardins laterais, escadarias e portões, novidades na arquitetura brasileira, também passaram a ter um recuo em relação a via

pública, diferente do estilo colonial, em que as casas eram construídas lado a lado, rente a rua. Com a modernização nas técnicas construtivas, segundo Reis Filho, as casas passaram a ser construídas partindo de outros materiais e buscando novos padrões estéticos, como por exemplo, o tijolo e o uso de madeira para dar acabamento requintado às portas e beirais. O que também remete a esse processo modernizador foi que as construções deixaram de seguir um padrão arquitetônico vigente até então, um exemplo desses novos ornamentos foram os lambrequins, cultura herdada principalmente dos países eslavos (REIS FILHO, p. 48). Todas essas exemplificações podem ser observadas nas construções urbanas castrenses posteriores a esse período, ou seja, da imigração.

Nas casas anteriores a esse processo, algumas das características modernizadoras foram acrescentadas, principalmente após os processos de restauro e/ou intervenções que os imóveis sofreram, acarretando a descaracterização de sua arquitetura original.

Casas de castro

Após a apresentação inicial do surgimento da cidade, e de sua estrutura econômica e urbana, faz-se necessário apresentar os objetos de estudo da presente pesquisa. Os quatro prédios históricos utilizados nessa pesquisa são: Museu do Tropeiro, Museu Casa de Sinhara, Casa da Praça e Casa Emília Erichsen. Todos os imóveis são patrimônios arquitetônicos tombados pelo Estado do Paraná e datam do final do século XVIII e século XIX, sendo três destes propriedade da Prefeitura Municipal de Castro, e um, propriedade particular de José Carlos Avi Rodriguez. Segundo Rabelo, o patrimônio arquitetônico pode ser definido:

[...] como o conjunto de edificações que, além do estilo ou das técnicas utilizadas em sua construção, bem como da época na qual foram erguidas, representam, para um determinado povo, a sua identidade como grupo social, sendo a sua proteção necessária à preservação da singularidade deste povo. (RABELO, 2010, p. 22)

Parafraseando Maria Cecília Fonseca⁹, esses quatro prédios estão “além da pedra e cal” (FONSECA apud ABREU; CHAGAS, 2009, p. 59), se

9 Maria Cecília Londres Fonseca doutora em Sociologia pela UnB, membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural desde 2004 e Sócia Correspondente do IHGB, foi Coordenadora de projetos da Fundação Nacional Pró-Memória (1979-1990), Coordenadora de Políticas da secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas do MinC (1992-2001), Membro do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial (1998-2000) e Representante do Brasil nas reuniões de peritos internacionais, na Unesco, para a elaboração da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2002-2003). (INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, 2014)

constituem no cenário castrense como a história visual local, estão diretamente ligados com a identidade e a cultura, mantendo a memória viva, sensível ao toque e ao vislumbre. Para entender um patrimônio como pertencente a história de um grupo, é preciso entender o elo existente entre identidade e cultura, segundo Corá “[...] a identidade é recriada a todo instante, tanto na perspectiva do indivíduo, quanto do local ou global. A identidade é o reflexo do próprio sentimento de pertencimento cultural” (CORÁ, 2013, p. 123). O indivíduo ou um grupo constroem sua identidade a partir da relação que eles estabelecem com a cultura que os cerca, se um patrimônio, seja ele material ou imaterial, proporcionar símbolos culturais que levem esse indivíduo ou grupo a se identificar com o mesmo, esse patrimônio passará a fazer parte de sua identidade.

O patrimônio edificado não pode ser apenas observado como uma estrutura física que deve ser preservado, a preservação é necessária, mas seu entendimento deve ir além, para a imaterialidade cultural que o mesmo transmite, entender um prédio é entender sua história, os elos sociais e culturais que existiam na época de sua construção e o diálogo que ocorre atualmente com a sociedade que o cerca.

Além de espaços de simbologia e identidade, os quatro prédios também possuem a função de espaços de permanência e transmissão de cultura, sendo dois deles espaços museais e outros dois galerias de exposições, caracterizando um elo entre história e turismo, proporcionando desenvolvimento cultural e econômico, fato que intensifica, para a região, seu valor como bem memorial.

Museu do Tropeiro

Tombamento estadual Processo nº 64, Inscrição nº 63 Livro do Tombo Histórico, data: 1977 (GOVERNO do Estado do Paraná, 2006, p. 80).

A casa que abriga o Museu do Tropeiro localiza-se na Praça Getúlio Vargas, nº 11, no centro da cidade de Castro. Foi construída em meados do século XVIII, pelo vereador Hermógenes Carneiro Lobo (PUCCI, 2007, p. 29), sendo casa de residência da Família Carneiro Lobo, importante família de

posses da região, proprietária de diversas fazendas e cabeças de gado muar. Em 1865, o Padre Damaso José Corrêa comprou o imóvel de Francisco de Deos Martins, anos mais tarde Maria de Jesus Antunes adquiriu a propriedade, deixando de herança a seus filhos que a venderam no começo de 1900 à Sra. Balbina Marques Ribas, que em inventário deixou a propriedade a seus herdeiros. A Sra. Leonídia de Vasconcellos Madureira, proprietária de uma das partes, comprou as demais partes e se tornou proprietária do todo em 1972. (BAPTISTA; BORGES; GALLARZA; GAISSLER, 2010, p. 4)

No ano de 1975, o Prefeito Sr. Lauro Lopes, representando a Prefeitura Municipal de Castro comprou a casa da Sra. Leonídia de V. Madureira, sendo submetida a restauração mediante orientação do Serviço do Patrimônio do Estado do Paraná para a futura instalação do Museu do Tropeiro. (BAPTISTA; BORGES; GALLARZA; GAISSLER, 2010, p. 4)

O Museu do Tropeiro foi inaugurado em 1977, idealizado por Judith Carneiro de Mello, na gestão do então prefeito Lauro Lopes. Seu objetivo inicial era representar o ciclo do tropeirismo no Paraná e a sua influência para a cidade, mas seu foco acabou se tornando Castro e como a cidade se organizou no decorrer dos anos, principalmente nos âmbitos político, social e econômico, alguns exemplos das amostras encontradas no museu referem-se aos escravos, a religião e ao comércio vigentes nos séculos XVIII e XIX.

A casa é a mais antiga da cidade que se mantém até a atualidade, fato que pode ser observado na aquarela de Debret, de 1827, apresentada acima. No quadro a casa aparece no plano de fundo da obra, ou seja, logo atrás da Igreja Matriz apresentando muitos dos traços arquitetônicos conhecidos até hoje. O prédio possui estilo colonial rústico, com paredes de taipa-de-pilão, revestido com estuque¹⁰, vigamentos em madeira e cobertura em telha tipo canal¹¹. A casa mantém boa parte da sua estrutura original, apenas algumas modificações provenientes do primeiro processo de restauro ocorrido na década de 1970, que propunha garantir a solidez e a conservação da casa foram feitas (MUSEU do Tropeiro, 2008, p. 5). Na área externa do museu foi erigido o prédio anexo, que abriga a biblioteca do Museu do Tropeiro, um espaço pequeno, construído no pro-

10 O estuque é uma argamassa a base de cal, areia e, conforme o caso, gesso [...], usada para revestir as paredes internas e os forros, servindo de vedação, preenchendo os interstícios de uma armação qualquer, como por exemplo, telas de arame, sarrafos de madeira, fibras. Modernamente, o termo estuque só é empregado para designar as argamassas aplicadas nas edificações do passado. (TINOCO, 2007)

11 As telhas cerâmicas tipo capa e canal apresentam um formato de meia cana, fabricadas pelo processo de prensagem, e caracterizadas por peças côncavas (canaís), que se apoiam sobre as ripas, e peças convexas (capas), que se apoiam sobre os canaís. (SILVA, 2004)

cesso de restauro, sendo o local de guarda de livros correspondentes a Castro, ao Paraná e contextos gerais sobre o Brasil. Além dos livros guarda acervo que não está em exposição e documentos antigos, como inventários e processos cíveis, que estão sob a guarda provisória do museu para a transcrição e pesquisa.

Como o Museu do Tropeiro pertence a Prefeitura Municipal de Castro é administrado pela Secretaria Municipal de Esporte e Cultura. Atualmente, o prédio do Museu está fechado, devido aos danos estruturais causados pelo tempo e clima. Segundo nota publicada no site da Prefeitura:

Desde outubro de 2013 o Museu está fechado para visitação, para evitar acidentes com os visitantes e impedir que o acervo fosse prejudicado. Inicialmente, parte do acervo foi levado para a Casa da Praça. E, desde o dia 6 de janeiro, todo o acervo do Museu pode ser visitado na Casa de Mariinha, que fica na praça Sant'Ana. (CASTRO, 2014)

Museu Casa de Sinhara

Tombamento Estadual Processo nº 80, Inscrição nº 78. Livro do Tombo Histórico, data: 1982. (GOVERNO do Estado do Paraná, 2006, p. 68)

O imóvel sede do Museu Casa de Sinhara, idealizado por Judith Carneiro de Mello, localiza-se na Praça Getúlio Vargas, nº 6, de frente para a Igreja Matriz Sant'Ana. Sua construção data da primeira metade do século XIX, possuindo o primeiro registro no ano de 1843, quando o imóvel pertencia ao tropeiro Antonio José de Sampaio (BORBA, 233), que o deixou como herança para sua filha Espirituosa Carolina Lima Guimarães. A casa permaneceu na família até meados de 1904, quando foi vendida a Joaquim Caiubi de Toledo, natural de Sorocaba, e sua esposa Custodia Mascarenhas Camello, natural de Castro, posteriormente a casa ficou sob posse da família Mascarenhas. Na década de 1990, a casa sediou o Centro de Educação Infantil Curiosa Idade, período em que sofreu danos estruturais intensos (PARANHOS, 2002, p. 49). Atualmente, a casa pertence a José Carlos Avi Rodrigues, que a aluga à Prefeitura Municipal de Castro. (CASTRO, 2014, p. 3)

O projeto do Museu Casa de Sinhara, foi iniciado no começo do ano de 2003, com a busca

de um prédio para sediar a Casa da Memória de Castro. Em junho do mesmo ano, o imóvel foi escolhido e iniciaram as negociações do prefeito da época, Sr. Reinaldo Cardoso, com o proprietário da casa, o Sr. José Avi Rodrigues. A casa passou por análise para futuras intervenções, principalmente no telhado, que se encontrava em estado crítico devido às chuvas. Sendo considerada pequena demais para sediar a Casa da Memória, a casa passou a ser a futura instalação do Museu da Casa Castrense, nos meses seguintes iniciaram os processos de coleta de peças para tal finalidade, porém, novamente a casa foi considerada pequena demais para o projeto desejado, havia a necessidade de uma exposição específica para se ajustar ao espaço do local. A nova exposição foi determinada, iria homenagear a esposa de fazendeiro/tropeiro do século XVIII e XIX e a mulher castrense, mostrando o cotidiano feminino doméstico, fato que se concretiza com a inauguração do Museu Casa de Sinhara no ano de 2004, sendo considerado o único do gênero no país.

Construída em alvenaria de pedra e taipa, seus elementos arquitetônicos representam o processo de transição entre o estilo Colonial e o estilo Neoclássico. Desde sua construção, a casa sofreu inúmeras intervenções, principalmente no forro, onde o mesmo foi trocado, em algumas ambientações, por PVC, havendo também a ampliação, para a construção de um banheiro. Alguns elementos se mantem originais como partes do piso e forro, esquadrias internas e externas. É perceptível na estrutura da casa os traços do processo arquitetônico modernizador já citado, principalmente no forro de madeira original, possuindo acabamento sofisticado, com detalhes que enobrecem a peça e remetem a casas do cenário europeu.¹²

Atualmente o prédio da Casa de Sinhara também está fechado, devido aos danos estruturais causados pelo tempo, clima e déficit de manutenção.

Galeria Casa da Praça.

Tombamento Estadual Processo nº 79, Inscrição nº 77. Livro do Tombo Histórico, data: 1982. (GOVERNO do Estado do Paraná, 2006, p. 70)

Casa localizada na Praça Getúlio Vargas, nº 10

12 Informações obtidas durante o período de estágio pela Secretaria Municipal de Esporte e Cultura de Castro, atuando no Museu do Tropeiro e Museu Casa de Sinhara, de outubro de 2011 a novembro de 2012.

esquina com a rua General Osório, foi construída a partir de 1870, por iniciativa do fazendeiro e político Comendador Manoel Inácio do Canto e Silva, sob as ruínas do Convento Nossa Senhora do Carmo. A casa permaneceu sob posse da família por mais de um século. Após a morte de seu bisneto herdeiro, Pedro Novaes Rosas, falecido em 1972, o qual exerceu dois mandatos como prefeito Municipal de Castro (1947-1951 e 1959-1963), a casa ficou de herança para a única filha de Pedro, chamada Déa Maura Novaes Rosas. Durante a década de 1980, a casa foi adquirida por Kazuo Iwashita (ESTADO do Paraná, 1982), mesma década em que o imóvel foi tombado pelo Patrimônio Histórico Estadual, entretanto, sua estrutura estava frágil e na década de 1990 a casa se encontrava em estado crítico de abandono e em ruínas, então foi adquirida e restaurada pela Prefeitura de Castro (SECRETARIA Municipal de Educação, 2002, p. 6-16).

Originalmente a casa possuía dois pavimentos, representando um exemplo tardio das mansões senhoriais, posteriormente foi reformada, passando a ter apenas um. Sua arquitetura passou por inúmeros processos de intervenção, perdendo muitas de suas características originais. Possui paredes de taipa de pilão, vigas falquejadas de pinheiro, cobertura de telha goiva, teto alto, soalho de tábuas largas. Seu estilo arquitetônico está entre o Colonial e o Neoclássico, mantendo predominância de traços portugueses.

Devido à precariedade do prédio, o mesmo teve que ser, em quase sua totalidade, reconstruído. Após o processo de intervenção por parte da Prefeitura, o prédio, conhecido como “Casa Novaes Rosas”, passou a abrigar a “Casa da Praça”, no ano de 2000, tendo como objetivo ser um espaço sócio-cultural, possibilitando a oportunidade de artistas locais, de diferentes categorias apresentarem suas obras ou executarem eventos culturais. (BUENO, 2002) Atualmente o prédio abriga o acervo do Museu Casa de Sinhara, acervo este pertencente ao Museu do Tropeiro.¹³

Casa de Cultura Emília Erichsen.

Tombamento Estadual Processo nº 76, Inscrição nº 73. Livro do Tombo Histórico, data: 1981.

(GOVERNO do Estado do Paraná, 2006, p. 74)

Casa localizada na Rua Dr. Jorge Xavier da Silva, antiga Rua das Tropas, esquina com a Rua Benjamin Constant. Sua arquitetura se apresenta como um bom exemplo da forma adotada no Paraná durante o ciclo tropeiro. Segundo registros, o imóvel foi construído no século XIX, por volta de 1850, e caracteriza-se por ser uma edificação de taipa-de-pilão, sobre planta retangular. O proprietário em 1857 era João Moreira Garcez, comerciante local, o qual vendeu a casa, cinco anos depois, à educadora Emília Erichsen. A professora morou nesse imóvel após a morte de seu esposo em 1862, e ali instalou sua Escola de Primeiras Letras, que já havia funcionado na Rua do Rosário e no Largo da Matriz. Sua escola é considerada o primeiro Jardim de Infância particular do Brasil (BIDA, 2007, p. 1).

A educadora Emília Erichsen nasceu no Recife em 1817, mudou-se para a cidade de Santos, onde casou-se com o Oficial da Marinha Dinamarquesa, Conrado Erichsen. Após alguns anos de estadia na Europa, Emília retornou ao Brasil e passou a residir em Castro (LEANDRO, p. 18). Após a morte de seu esposo, ela começou a ensinar língua francesa para um seleto grupo de meninas da cidade, iniciando sua carreira como educadora.

No ano de 1905, vendeu sua casa a família Betenheuser, e se mudou para a cidade de Palmeira, onde faleceu em 1907 (LAVALLE, 1992, p. 30-31). Durante muitos anos o prédio ficou sob posse da família Betenheuser até ser vendido ao Banco do Estado do Paraná, em 1982. Por intermédio de Judith Carneiro de Mello, Célia Kaled e do prefeito Ronie Cardoso, o Banco do Estado do Paraná, doou o prédio à Prefeitura Municipal de Castro, iniciando na década de 1990 os processos de intervenção estrutural, tendo por finalidade conservar as características marcantes do prédio.

Sob a posse da Prefeitura de Castro, tendo como órgão responsável a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, foi inaugurada em 1992 a Casa de Cultura Emília Erichsen, a qual se dispõe à sociedade com promoções de eventos culturais, exposições de diferentes temas, recitais entre outros meios de expressão artística. O prédio também abriga o Arquivo Público Municipal.¹⁴

13 Segundo dados do Blog Museu do Tropeiro. Disponível em: <museudotropeirocastro.blogspot.com.br/2014/06/exposicaocasa-de-sinhara-em-novo.html>. Acesso em: 08 jun. 2014.

14 Informações fornecidas pela funcionária Nilcéia Maria Zens, em visita a Casa de Cultura Emília Erichsen, no dia 10 de fevereiro de 2014.

Discutindo patrimônio: as políticas públicas de preservação patrimonial.

Falar em políticas significa ir além dos conceitos, embora sempre o tendo como referência. Significa formular diretrizes intervenções, mantendo sempre como parâmetros a tensão entre necessidades, demandas e recursos disponíveis. E, ainda que os conceitos continuem imprecisos, é imperioso passar da teoria à prática, na esperança de que as experiências venham, como de costume, enriquecer, a reflexão, numa dialética do processo de produção do conhecimento e de transformação da realidade. (FONSECA, in ABREU; CHAGAS, 2009, p. 77)

Para discutir a preservação do patrimônio histórico cultural importante para um local ou grupo, é necessário entender como se constituiu esse senso preservacionista dentro dos poderes públicos, que acarretam em ações visando a durabilidade e a valorização patrimonial. Essas ações de cunho histórico-cultural se apresentam na sociedade através de políticas públicas patrimoniais. Segundo Funari e Pelegrini “em nosso país, [essas políticas] voltadas para a área cultural, particularmente aquelas referentes à proteção patrimonial, têm oscilado entre concepções e diretrizes nem sempre transparentes” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 43).

Os tópicos abaixo visam mapear como a conscientização pela preservação patrimonial foi moldada, partindo da valorização do ideário do patrimônio nacional originário no século XVIII e século XIX e como os desdobramentos históricos projetaram essa noção nas políticas públicas municipais de Castro.

Preservação patrimonial

Segundo José Pessoa e Regina Mattos (2007, p. 85-104) uma consciência intensiva voltada para a preservação patrimonial, foi construída no final do século XVIII e ganhou corpo no século XIX, essa consciência surgiu na França com os resquícios dos atos da Revolução Francesa, onde muitos monumentos foram destruídos completa ou parcialmente, como recusa dos revoltos com as arquiteturas que representassem a repressão do rei. Surge por parte do novo governo uma preocupação voltada para impedir que diversos prédios fossem, em sua totalidade, demolidos, começa-se a trabalhar em território francês, um pensamento de proteção dos patrimônios edificados nacionais, com discussões acerca da preservação e conservação dos mesmos. É criado nesse contexto,

na França uma inspetoria dos monumentos, iniciando as ações de recuperação do patrimônio que se encontrava degradado. (MATTOS; PÊSSOA, p. 88)

A partir desse momento alguns teóricos se engajaram ao estudar a preservação dos monumentos, debatendo as formas preservacionistas e de intervenção que um prédio irá sofrer, as duas principais teorias discutidas por diversos autores é: “a intervencionista” de Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc, na França e a “anti-intervencionista” de John Ruskin, na Inglaterra. (RIGO; VOGT, 2012, p. 2)

[...] Le-Duc estudou o que considerava o verdadeiro estilo nacional francês, a arquitetura gótica, e passou a operar na recuperação desses monumentos e prédios que estavam em péssimo estado. Suas intervenções de restauração se amparavam, portanto, no conhecimento adquirido sobre a arquitetura gótica. [...] Restaurava-se o edifício, não nas feições originais de um determinado momento do passado, operação que quase sempre seria impossível devida a ausência da documentação necessária para tanto [...]. (MATTOS; PÊSSOA, p. 88-89)

Surge, na Inglaterra com John Ruskin, uma teoria que era contrária aos ideários preservacionista de Viollet-le-Duc.

John Ruskin, mesmo considerando fundamental a preservação do patrimônio, [...] achava que não se devia fazer nenhuma obra de recuperação, que essas intervenções destruam os monumentos. Ele pregava que a restauração era o que de pior poderia suceder a uma obra arquitetônica. Os monumentos, como as pessoas, tinham um ciclo de vida que um dia se encerraria e que as marcas do desgaste e do arruinamento eram consequência natural desse processo. A única intervenção possível para John Ruskin era a limpeza e manutenção conservativa dos monumentos. (MATTOS; PÊSSOA, p. 89)

Assumindo uma posição intermediária entre as duas teorias acima citadas, começa a ser debatida no século XIX, a teoria de Camilo Boito, baseada na reformulação de teorias trabalhadas e discutidas sobre a preservação e a melhor conservação de símbolos patrimoniais. Boito buscava uma concepção de restauro moderno, em que era necessário que o máximo fosse feito para a preservação fiel do monumento, tal como ele era, porém expõe que se for necessário intervenções, que as mesmas se destoe do original, ou seja, que uma intervenção atual, não tente se passar por antiga, e sim se apresente como atual, respeitando as diversas fases que o monumento passou no decorrer dos anos. Surge com essa concepção a valorização pelo registro das intervenções, em que todas as etapas de obra que o monumento

sofrerá sejam datadas e registradas, fato que acaba por auxiliar pesquisadores e futuras obras estruturais. (COSTA, 2005, p. 48)

Cartas patrimoniais.

Diversos outros teóricos também debateram acerca da conservação patrimonial, fato que acarreta futuramente com a criação de Cartas Patrimoniais, tentando regulamentar essas discussões:

[...] as várias teorias sobre a conservação de patrimônio provocavam muitas discussões, gerando muitas divergências e críticas. Para tentar minimizar essas discussões, muitos profissionais e instituições se debruçaram na tentativa de normalização de procedimentos básicos, que geraram as chamadas “Cartas Patrimoniais”, documentos normativos que resultam do acordo entre especialistas e conservadores profissionais. (CAMPOS; GRANATO, 2013, p. 21)

No I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos, ocorrido em outubro de 1931 em Atenas, é elaborada a Carta de Atenas, tendo como principais assuntos debatidos a valorização dos monumentos históricos e suas longevidades, debatendo manutenção regular e a utilização do prédio, vinculado com a cultura e a história, para garantir o prolongamento da vida útil. Outra proposta é o mapeamento e a criação documental a respeito desse patrimônio, onde cada Estado ou instituição ligado ao trabalho patrimonial crie e publique um inventário dos monumentos históricos nacionais, contendo dados fotográficos e descritivos, possibilitando a melhor discussão a respeito do patrimônio nacional daquele determinado Estado, auxiliando também em futuros trabalhos de restauro com esses edifícios. A carta também estimula a cooperação das nações envolvidas para melhor conservação de sua história cultural material, levando em pauta a educação patrimonial, onde não somente o governo deve se preocupar com a preservação, mas a própria sociedade em que o monumento está inserido, levando a concepção preservacionista principalmente aos jovens, para que desde novos criem a conscientização de preservar sua história. (CARTA DE ATENAS, 1931, p. 1-6)

Em maio de 1964, no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, após os eventos da II Guerra Mundial, outra carta foi elaborada, a Carta de Veneza, debatendo a conservação e a restauração de monumentos e sítios, sendo a mesma, considerada por diversos autores,

como uma das cartas mais importantes no quesito restauração patrimonial (COSTA, p. 66), colocando em sua abertura a ideia do monumento como testemunhos vivos do passado e cabendo a humanidade, receptora desses testemunhos, analisar esse monumento como um patrimônio comum e digno de preservação, para que as gerações futuras também recebam esses testemunhos históricos. É trazido à tona na discussão patrimonial, a interdisciplinaridade quando se trata de conservar e restaurar monumentos, pois é fundamental as relações de conhecimento nas aplicações de tais procedimentos. (CARTA DE VENEZA, 1964, p. 1-4)

No final do ano de 1967, o debate sobre preservação patrimonial começou a adentrar o território americano, através da Conferência de Quito, onde um conjunto de normas foram estipuladas, buscando valorizar a cultura latino-americana através da incorporação dos princípios da Carta de Veneza.

A conferência leva à tona a dualidade cultural existente em que a cultura pré-colombiana se mescla com a cultura do período colonial. Outro ponto debatido é a falta de políticas oficiais para a preservação dos monumentos históricos e de revalorização do patrimônio monumental que poderia ser melhor aproveitado, principalmente no quesito turístico, em que “[...] os bens do patrimônio cultural desempenham papel tão importante na promoção do turismo [...]” (NORMAS DE QUITO, 1967, p. 7). Um dos pontos fundamentais da discussão, remete ao pensamento de infraestrutura ambiental, em que a restauração por si só não garantirá a exploração do monumento pelo visitante (em caso de espaços históricos e museais), sendo necessário o melhoramento da área envolta do monumento, como melhoramento de vias e deslocamento, buscando esse feito principalmente da conscientização da sociedade em ajudar no processo de melhoramento e no processo de conservação.

Na década seguinte, outro ponto fundamental começa a ser debatido dentro das cartas patrimoniais e se vincula às políticas de preservação. Em 1975, na Holanda é elaborado o Manifesto de Amsterdã, também conhecido como Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico (MANIFESTO DE AMSTERDÃ, 1975, p. 1). Segundo Funari e Pelegrini, o manifesto viabiliza:

[...] a implantação de “políticas de conservação integrada”, inaugurando uma abordagem pautada pela noção de integração do patrimônio à vida social e conferindo ao poder público municipal a responsabilidade de elaborar programas de conservação e aplicar os recursos financeiros angariados para esses fins. O documento recomendava ainda o envolvimento da população nos processos de preser-

vação, de modo a garantir maior observância dos valores ligados à identidade microlocal e a evitar a evasão dos habitantes em virtude de especulação (FUNARI; PELEGRINI, p. 45;33).

A carta também busca discutir o conceito de patrimônio além da visão elitista, construindo uma noção patrimonial vasta, que abrange outros setores da vida social, sendo testemunhos do passado, fundamental para estabelecer um estado de harmonia na sociedade em que se insere.

Em complemento a discussão fornecida pelo Manifesto de Amsterdã, outra carta datada do mesmo ano e do mesmo local, a chamada Declaração de Amsterdã, intensifica a afirmação de que a proteção e conservação de bens patrimoniais cabem aos poderes locais, sujeitos a administração pública em harmonia com a sociedade, também vista como protetora desse patrimônio. Um ponto importante pautado é sobre o planejamento urbano, que deve estar interligado a ideia de bens históricos, onde normas devem ser estipuladas para evitar que o urbano moderno afogue ou até mesmo substitua o urbano histórico, respeitando as especificidades e necessidades da arquitetura histórica, impedindo assim a degradação física e até mesmo visual de áreas e bens de valor histórico cultural. Como forma de impedir que as leis de mercado exerçam grande influência sobre a preservação, algumas normas devem ser executadas, como por exemplo, a utilização do prédio para fins culturais e sociais, fato já debatido na Carta de Atenas em 1931, outra norma seria o incentivo de custo, redução de imposto, criação de projetos que estimulem a permanência do bem arquitetônico no cenário urbano (PRATA, 2009, p. 39).

A discussão nesse capítulo não se limita na descrição densa das Cartas, mas um apanhando geral das principais, visando a apresentação da preocupação a respeito do patrimônio mundial, com a execução de eventos internacionais, que propõem normas, conceitos, procedimentos sobre a preservação de patrimônios culturais, sejam eles imateriais ou materiais. As cartas envolvem conceitos referentes aos processos de conservação e salvaguarda desse patrimônio, aprimoramento de técnicas preservacionistas, discussões que dão base para inúmeras pesquisas no campo patrimonial.

Desenvolvimento do conceito de preservação patrimonial no Brasil

Segundo Débora Costa, o conceito preservacionista já era debatido no Brasil em meados do século XVIII:

No Brasil, a primeira notícia que se tem de alguma iniciativa de proteção de edificações históricas data de meados do século XVIII, quando o Vice-Rei do Estado do Brasil (1735 a 1749) demonstra preocupação a respeito das edificações deixadas pelos holandeses, em Pernambuco. Já a segunda iniciativa de proteção ocorre um século depois, com a ordem do então Ministro do Império, Conselheiro Luiz Pedreira do Couto, aos Presidentes das Províncias para obterem coleções epigráficas para a Biblioteca Nacional. Trinta e dois anos depois, o chefe da seção de manuscritos da Biblioteca Nacional percorre as províncias da Bahia, Alagoas, Pernambuco e Paraíba, a fim de recolher a epigrafia dos monumentos da região. Mais tarde, muitos lutaram pela causa da preservação, como Araújo Porto-Alegre, Araújo Viana e Afonso Arinos, mas não alcançaram êxito. (COSTA, p. 26)

Porém segundo Maria Cecília Fonseca (2009, p. 81), a discussão sobre preservação começa a ganhar corpo no país na década de 1920, onde através das ideias dos intelectuais modernistas, começava a ser construído um conceito sobre patrimônio histórico e artístico nacional.

Baseado no senso nacionalista modernista e a busca pela preservação de monumentos e principalmente obras de arte que expressassem esse nacionalismo em ascensão, o Ministro da Educação e Saúde Pública da década de 1930, Gustavo Capanema, propôs ao intelectual Mário de Andrade a criação de um anteprojeto de lei que visasse à preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, envolvendo todos os segmentos culturais diversificados, típicos do território brasileiro, que fosse desde a cultura popular nacional à cultura elitista europeia (FONSECA, 2009, p. 96-97). Tendo como base o anteprojeto de Andrade é determinado o Decreto-lei nº 25 de 1937 de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) (FUNARI; PELEGRINI, p. 45), elaborado pelo jurista Rodrigo de Mello Franco de Andrade. Segundo Solange Zúñiga (2005, p. 240):

[...] a primeira tarefa de Rodrigo será a de redigir o esboço de anteprojeto de lei federal para a criação do novo órgão. O Decreto-lei nº 25 [...] organizando a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, o SPHAN, a mais antiga entidade oficial de preservação dos bens culturais da América Latina.

A partir da regulamentação do órgão, o mesmo passou a integrar oficialmente a estrutura do Ministério da Educação e Saúde Pública, definindo o conceito de patrimônio segundo o Artigo 1º do Decreto-lei 25/37.

Art. 1º. Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937, p. 24056)

É perceptível que se insere no artigo acima citado, o “registro de obras e bens de feição estético-estilística e valor excepcional” (NOGUEIRA, 2005, p. 251), priorizando a conservação de bens dos grandes personagens e monumentos históricos, deixando de lado o patrimônio cultural popular e o patrimônio imaterial, limitando o anteprojeto de Andrade, que visava a conservação e determinação do patrimônio nacional em sua totalidade, sendo popular ou elitista.

O SPHAN foi estruturado a partir de duas divisões de cunho técnico, a primeira o DET (Divisão de Estudos e Tombamento), ao qual estavam vinculadas a Seção de Arte, a Seção de História e também o Arquivo Central, e a segunda divisão o DCR (Divisão de Conservação e Restauração) (FONSECA, p. 97). A Lei de tombamento patrimonial se insere no decreto como uma das primeiras ações de preservação, onde os bens serão considerados como patrimônios nacionais se estiverem inscritos em um dos quatro Livros do Tombo. O artigo 4º do decreto divide os Livros do Tombo em: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo das Belas Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas (BRASIL, 1937, p. 24056).

O conceito de tombamento é compreendido como o ato de cunho administrativo realizado pelo Poder Público, nos âmbitos federal, estadual ou municipal, que têm como objetivo a preservação de monumentos de valor cultural, histórico, arquitetônico e ambiental, garantindo que esses monumentos não sejam destruídos ou que sofram interferências sem autorização, cabendo ao governo e ao proprietário do bem a conservação e preservação do mesmo. (NOGUEIRA, 2005, p. 242)

O Poder Público atua não somente sobre o patrimônio público, como também sobre o patrimônio particular, mas somente naqueles que possuem interesse público, considerados de valor histórico ou artístico nacional. Sendo assim, uma vez que o Conselho Consultivo do SPHAN decida pelo tombamento de determinado imóvel conforme o artigo 9º do Decreto-lei nº 25 de 1937 (BRASIL, 1937, p. 24056), ele não poderá ser demolido, destruído ou

danificado, estando sob a responsabilidade do proprietário arcar com as despesas de eventuais intervenções. Por consequência, para serem pintados, reparados ou restaurados, por exemplo, necessitam de prévia autorização da administração pública, sob pena de multa, conforme o artigo 17º do mesmo Decreto citado acima.

Em regra geral, o tombamento não obriga a indenização do poder público para o proprietário do imóvel. Porém, caso seja constatado que o proprietário não esteja conseguindo arcar com as despesas de conservação, ou o bem esteja sofrendo alguma intervenção indevida ou até mesmo sujeito ao abandono, ficará sob a responsabilidade do órgão público a provável desapropriação e indenização do proprietário pela perda do imóvel, passando o mesmo a pertencer ao poder público (BRASIL, 1937, p. 14427), fato que ocorre com o imóvel castrense “Casa da Praça”, descrito no primeiro capítulo.

No caso do imóvel particular passar por algum processo de venda, locação ou até mesmo herança, não existe restrições aparentes, desde que o bem continue sendo preservado com as características que possuía no momento do tombamento. No processo de venda, por sua vez, o proprietário deve notificar previamente a instituição que efetuou o tombamento para atualização de dados. Conforme dispõe a Secretaria de Estado da Cultura:

Desde que o bem continue sendo preservado com as características que possuía na data da sua inscrição no livro do tombo da CPC/SEEC, não existe qualquer impedimento para a venda, aluguel ou herança de um bem tombado. Portanto o tombamento não altera as características fundamentais da propriedade privada, especialmente a compra, a venda e a hereditariedade que são as questões fundamentais da propriedade privada (SECRETARIA do Estado da Cultura, 2014).

No processo de locação, por sua vez, o locatário deve conservar e preservar o imóvel tombado no estado em que se encontrava, tendo uso compatível com a natureza deste ou com o fim a que se destina, além da devolução do imóvel no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal, conforme dispõe o artigo 23º da lei 8.245/91. (BRASIL, 1991, p. 22961) Em contrapartida, o locador deve entregar ao locatário o imóvel alugado em estado apropriado ao uso a que se destina e responder por particularidades ou defeitos anteriores à locação, conforme o artigo 22º da lei 8.245/91. Tratando-se de imóvel histórico, a preservação tem que ser contínua, antes e depois

do processo de locação, obedecendo todos os quesitos preservacionistas que as leis de preservação de patrimônio histórico concedem aos imóveis tombados. O prédio que abriga o “Museu Casa de Sinhara”, citado no primeiro capítulo, se enquadra na descrição acima, pois o bem pertence a José Carlos Avi Rodriguez, sendo alugado pela Prefeitura Municipal de Castro. Segundo consta no Diário Oficial do Município de Castro, o contrato de locação da Casa de Sinhara foi prorrogado até 21 de fevereiro de 2015. (DIÁRIO OFICIAL, 2014, p. 3)

Retornando construção do conceito de patrimônio e desenvolvimento das políticas públicas em território nacional, as discussões patrimoniais se ampliaram, principalmente após a elaboração da Carta de Veneza, pois em Brasília, em abril de 1970, ocorreu o 1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais de Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais. O evento promovido pelo Ministério da Educação e Cultura elaborou o Compromisso de Brasília, um conjunto de conceitos e normas, que têm como discussões principais a necessidade na criação de cursos voltados as áreas de restauro e conservação, como arquitetos restauradores, museólogos, arquivistas, etc., estimulando também pesquisas voltadas para a preservação patrimonial, como forma de manter em pauta as discussões que cercam esse tema, além do envolvimento dos Estados e Municípios nas ações de proteção dos bens culturais e naturais, e em sua valorização como memória coletiva regional, tal como explícito no compromisso:

Apesar da deficiência dos meios, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Obra da vida de Rodrigo M.F. de Andrade - tem procedido ao restauro de monumentos - talha, pintura, arquitetura - em todo o país; mas no acervo de cada região há obras significativas e valiosas cuja preservação escapa à alçada federal; é, pois, chegado o momento de cada Estado criar o seu próprio serviço de proteção vinculado à universidade local, às municipalidades e à D.P.H.A.N., para que assim participe diretamente da obra penosa e benemérita de preservar os últimos testemunhos desse passado que é a raiz do que somos - e sere-mos. (COMPROMISSO DE BRASÍLIA, 1970, p. 15)

Outro tratado brasileiro que vale ser mencionado é o Compromisso de Salvador, promovido em 1971, onde ocorre a ampliação das noções de políticas públicas patrimoniais recomendando ao âmbito estadual a criação principalmente de secretarias e/ou fundações voltadas à cultura, além do estímulo ao

turismo como forma de valorização e conservação a longo prazo. Outras recomendações importantes do Compromisso, dizem respeito à criação de legislações complementares como forma de ampliar os conceitos e as ações aplicados nos bens tombados, de promover leis mais eficientes de proteção patrimonial. Além do desenvolvimento de sistemas de parcerias dos órgãos de defesa do patrimônio com entidades financiadoras, para auxílio em custeios de projetos e manutenções, promovendo o incentivo a pesquisa universitária na área cultural e histórica (COMPROMISSO DE SALVADOR, 1971).

Todos esses processos em território brasileiro citados, entre outros que também contribuíram para fomentar a discussão patrimonial levaram ao conceito e as ações patrimoniais que vivenciamos hoje, tal como a atuação do IPHAN, evolução organicista do SPHAN, em desenvolver projetos e ações voltados para a melhor preservação e longevidade dos patrimônios materiais e imateriais nacional.

Âmbito estadual.

As iniciativas iniciais ligadas a proteção do patrimônio cultural do Paraná remontam da década de 1930, resultante do processo de construção de uma identidade paranaense, segundo Kersten (2000, p. 116-118), o Estado do Paraná devido ao grande fluxo migratório, de caráter interno e externo, se caracterizou por sua heterogeneidade cultural, em prol das diferentes manifestações populacionais que se estabeleceram no território, sendo assim, na busca de construir uma unidade cultural que caracterizasse o estado, os intelectuais do início do século XX, buscaram elementos e especificidades que caracterizassem essa unidade, sendo um processo de construção da identidade paranaense.

Baseado nesse processo identitário, foi criado em 1935 o Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Cultural do Paraná, através da Lei Estadual n.º 38 de 31 de outubro de 1935 (PARANÁ, 1935), que visa à defesa do patrimônio cultural do Estado, estimulando as atividades de cunho artístico e intelectual em busca do estímulo da cultura paranaense, auxiliando e orientando o Governo Federal em assuntos referente à defesa do patrimônio cultural e da defesa das riquezas naturais, artísticas, literárias e históricas do Estado, propõe também evitar a saída de coleções e acervos que estejam ligados a riqueza cultural paranaense.

Em 1948 é criada a Divisão do Patrimônio His-

tórico Artístico e Cultural do Paraná, pioneira no país (KERSTEN, 2000, p. 132), dentro da Secretaria de Educação e Cultura do Estado, para cooperar com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional dentro do território paranaense, e assim promover “a defesa e restauração dos monumentos e objetos artísticos e históricos regionais e a conservação das paisagens e formações naturais características do Estado” (PARANÁ, 1948). A criação da Divisão, se fez necessária principalmente após o tombamento federal de alguns bens paranaenses ditos como importantes para a identidade estadual, estando inseridos nessa lista monumentos litorâneos e interioranos de “arquitetura civil, religiosa e militar existentes no Paraná, que possam ser consideradas de excepcional valor artístico ou histórico” (KERSTEN, 2000, p. 132). A criação da Divisão propicia a melhor conservação desses bens, principalmente no quesito restauro, apesar de ser um número pequeno de bens a serem preservados.

[No início da década de 1950] o Estado ainda não havia definido sua política preservacionista deixando-se conduzir pelas diretrizes emanadas do governo federal. [...] foi aprovada a lei nº 1.211/ 53 [...] a lei vinha dispor sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Paraná, delegando responsabilidades à Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, à época subordinada à Diretoria de Assuntos Culturais da Secretaria de Estado da Educação e Cultura. (KERSTEN, 2000, p. 139)

Em 16 de setembro de 1953 foi sancionada a Lei n.º 1.211, cujo teor dispõe sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Paraná, formulando dentro do Estado, diretrizes específicas a respeito do conceito de Patrimônio, do tombamento e registro, além da gestão de bens materiais e imateriais de caráter público e privado, em seu Artigo 1º é perceptível a inserção de bens intangíveis dentro da legislação protetora:

Constitui o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Estado e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Paraná, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico, assim como os monumentos naturais, os sítios e paisagens que importa conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (PARANÁ, 1953).

A lei se baseia em sua totalidade na legislação federal, tendo como principal característica a posse de quatro Livros do Tombo, em que um bem só

passará a ser caracterizado como patrimônio após sua integração nos livros. Outro artigo importante a ser ressaltado, está ligado ao planejamento urbano, em que a legislação patrimonial interfere no mesmo, como já citado nesse trabalho a respeito da legislação federal:

Artigo 15 - Sem prévia autorização da Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso, multa de cinquenta por cento (50%) do valor do mesmo objeto (PARANÁ, 1953).

Porém, segundo Kersten, apesar da expectativa dos conselheiros em relação à autonomia estadual sobre o tombamento patrimonial, nenhum tombamento se efetivou durante a década de 1950, apenas algumas restaurações de caráter emergencial. Os primeiros atos de tombamento realizado sob legislação do Estado do Paraná, ocorreram na década de 1960, “segundo os parâmetros adotados pelo Serviço do Patrimônio Federal.” (KERSTEN, 2000, p. 139)

A Constituição Estadual do Paraná de 5 de Outubro de 1989, vigente no Estado, complementa todas as discussões em curso até a década de 1980 a respeito do patrimônio paranaense, levantando em pauta “o que e como se preservar”, e qual o papel do Estado e dos Municípios na gestão patrimonial. Se caracteriza como patrimônio paranaense, sujeitos a tombamento estadual, o bem em que seja:

[...] reconhecido valor cultural, artístico, histórico, estético, faunístico, paisagístico, arqueológico, turístico, paleontológico, ecológico, espeleológico e científico paranaense, prevendo sua utilização em condições que assegurem a sua conservação (CONSTITUIÇÃO do Paraná, 1989)

Porém, ainda seguindo uma visão conservadora, dentre os aproximadamente 168 (GOVERNO DO ESTADO, 2006, p. 13-20) bens tombados a nível estadual, em sua grande maioria preservam patrimônio vinculados aos setores religiosos, militares, políticos, ressaltando grandes feitos e heróis históricos, além de monumentos vinculados às ações de modernidade e desenvolvimento urbano. O processo de abertura dessa visão elitista está em formação, onde os bens da cultura do setor popular começam a ser valorizados em suas características e especificidades.

Âmbito municipal.

Apesar da influência histórica de Castro, pouco é debatido a respeito da preservação do patrimônio histórico cultural da cidade, fato notável com a precariedade de ações públicas que envolvam esse patrimônio, independente do setor. Como forma de mapear a visão patrimonial na legislação castrense, alguns pontos devem ser levantados, segundo Alessandra Invitti:

As políticas patrimoniais em Castro começaram de forma popular na primeira metade de século XX. A principal benfeitora nesse sentido foi a professora Judith Carneiro de Mello, que preocupada com a história da cidade e com a permanência da mesma para o futuro, começou a incentivar a população a valorizar o patrimônio. Ela era professora na cidade e usou esse meio para divulgação da memória de Castro. (INVITTI, 2008, p. 84)

Os trabalhos no quesito conservação e valorização de memória da Professora Judith são indiscutíveis para a história da cidade, sendo idealizadora de dois museus existentes em Castro (ambos citados nessa pesquisa: Museu do Tropeiro e Museu Casa de Sinhara), além de incentivos na preservação patrimonial, seja de cunho material ou imaterial, e no estímulo a memória coletiva e individual da cidade.

Estimulados pelo processo de busca da identidade paranaense e o desenvolvimento da concepção de preservação de patrimônios ligados a esta identidade, alguns membros da sociedade castrense, como a já citada Professora Judith, iniciaram o processo de busca de identificação da história da cidade em monumentos que possuísem uma simbologia, demarcando as origens do povo castrense. O tropeirismo acabou sendo adotado como essa simbologia, mas não de forma aleatória, pois, além do ciclo tropeiro estar diretamente ligado com o surgimento e o desenvolvimento da cidade em seus momentos iniciais, durante as décadas de 1970 e 1980, como forma de resgate da memória, fugindo da concepção de patrimônio edificado, o Conselho de Patrimônio Paranaense, buscou a rememoração dos traços culturais que constituíram o Paraná, levando em pauta os ciclos históricos da economia. Kersten coloca que:

A Coordenadoria do Patrimônio passou a desenvolver então projetos de pesquisa que procuravam [...] resgatar a memória histórica com base não só em edificações, mas também nos caminhos, passagens e espaços recheados de significação. [...] Dentre estes projetos [está] a história do tropeirismo no sul do Brasil (KERSTEN, p. 146-147).

Essa valorização do ciclos paranaenses como o tropeirismo, a erva-mate, entre outros, culminou no afloramento da concepção de identidade local, fazendo com que a sociedade castrense construísse seu senso de pertencimento fortemente vinculado ao ciclo tropeiro. Sendo assim:

O critério de avaliação dos primeiros tombamentos em Castro foi definido para a valorização do Tropeirismo [...] grande parte dos bens patrimoniais em Castro estão relacionados à história do Caminho das Tropas, que deixou rastros na paisagem, nos pousos e invernadas, estabelecendo relações sociais, construindo fazendas, capelas, igrejas, casas e praças, semeando e destruindo árvores e homens (INVITTI, p. 86).

O primeiro bem tombado a nível estadual em Castro foi Casa nº 11, localizada na Praça Getúlio Vargas no centro da cidade, prédio onde foi fundado, na mesma década de tombamento o Museu do Tropeiro, hoje fechado devido a problemas estruturais. A criação do espaço museal, propicia a valorização da memória e a facilidade em associar a história com a identidade do povo que a cerca, além de garantir o prolongamento da vida útil da edificação, conforme apontado na Carta de Atenas de 1931. Dos oito bens castrenses tombados pelo Estado, em seis o tombamento ocorreu na década de 1980, ou seja, durante esse processo de valorização da memória de origem.

Entre os anos de 2003 e 2006 dois momentos importantes ocorrem no quesito proteção e valorização do patrimônio histórico-cultural do município, o primeiro ocorreu em 2003, através da lei nº 1205/2003, onde se prevê a criação da Comissão Municipal de Preservação Histórica de Castro, instituindo normas de preservação da memória da cidade e de seu patrimônio histórico.

A Comissão Municipal de Preservação Histórica de Castro, foi vinculada a Secretaria de Educação Cultura, da Criança e do Adolescente da Prefeitura Municipal. E recebeu as seguintes atribuições:

- a) apreciar pedidos de reforma ou de demolição de edifícios particulares que tenham sido edificados antes de 1950;
- b) autorizar as reformas ou demolição em prédios públicos construídos antes de 1950, obedecida a manutenção e as linhas arquitetônicas da época da edificação;
- c) promover a pesquisa e a coleta de depoimentos orais, sobre a história local, o folclore e as tradições da cidade, por meio de depoimentos gravados e/ou filmados, registrando-os para preservação conforme melhor tecnologia possível;
- d) promover a preservação, limpeza e conserva-

ção dos monumentos existentes no município;
e) propor a quem de direito, o tombamento de prédios e áreas, ou outros bens e valores que devam ser preservados;
f) promover a educação e a consciência de preservação da memória castrense, coletando inclusive todo material de interesse histórico, dando-lhes destino preservativo e facilitando seu acesso a pesquisadores;
g) criar e organizar o Arquivo Histórico do Município, coletando com a população e com os órgãos públicos todos documentos de interesse histórico, dando-lhes destino adequado (CASTRO, 2003).

As decisões que envolvem a preservação da memória coletiva castrense fica a cargo da comissão, sendo formada por um membro de cada seção municipal que vise a preservação do patrimônio, como a: Secretaria de Educação, Cultura, da Criança e do Adolescente, Sindicato do Comércio Varejista de Castro, Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Castro, Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Castro, Amigos do Museu Tropeiro, Entidade Filantrópica do Município, Professores de História que lecionam em Escolas do Município, Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos, Magistério Público Estadual (tendo como representando um membro com formação na área de História), Agência Municipal de Saneamento e Defesa do Meio Ambiente, Agência Municipal de Apoio ao Turismo (CASTRO, 2003).

Além da inclusão de membros dos setores municipais, o Município age fornecendo incentivos que estimulem os proprietários de edificações históricas a colaborar com a preservação, segundo o artigo 7º da citada lei :

Art. 7º - O Município implantará, dentro das disposições legais, incentivos fiscais e isenção de impostos às pessoas que preservarem os prédios particulares existentes no município, mantendo-os em bom estado de conservação, pintados e com as características da época de sua construção.

Parágrafo Único – Os incentivos e isenções oferecidos, serão realizados por força de lei, devidamente encaminhados e aprovados pela Câmara Municipal de Castro (CASTRO, 2003)

Outro momento importante na discussão, ocorre em agosto de 2006, através da lei nº 1467/2006 onde é criado o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico Cultural e instituído o Fundo de Proteção a esse patrimônio. No artigo 2º da lei acima citada é apresentado como se constitui o conceito de patri-

mônio da municipalidade, segundo o artigo:

Art. 2º Constituem Patrimônio Histórico Cultural do Município de Castro os bens de natureza material e imaterial, móveis e imóveis, de propriedade pública ou particular, tomados individualmente ou em conjunto, que dotados de excepcional valor, arqueológico, paisagístico, bibliográfico ou artístico, demonstrem ser portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira[...]. (CASTRO, 2003)

O Conselho foi criado para ser o órgão responsável em auxiliar o Município na preservação e conservação do patrimônio municipal. Sendo constituído de quatro representantes do Poder Executivo Municipal, ligados a Cultura, Turismo, Meio Ambiente e desenvolvimento Urbano; quatro representantes de Conselhos, sendo do Conselho Municipal de Desenvolvimento, do Conselho Municipal de Turismo, do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis e do Conselho Municipal de Educação; além de quatro representantes da iniciativa privada, sendo da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Castro, da Associação de Moradores de Castro e de entidade ligada à cultura. (CASTRO, 2006)

A legislação municipal atual que visa à preservação do patrimônio castrense está inserida no Plano Diretor Municipal¹⁵, instituído na lei complementar nº 05/2006. Segundo nota do Diário dos Campos Online setembro de 2011, Castro foi a segunda cidade da região dos Campos Gerais a implantar o Plano Diretor, no ano de 2006. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 2011) Porém o capítulo VIII que trata diretamente da preservação do patrimônio histórico cultural da cidade só se fez presente a partir do ano 2011, com a lei complementar nº 32/2011, a qual atualiza a lei complementar 08/2006, que dispõe sobre as normas de Uso e Ocupação do Solo no Município.

Nesse tópico da pesquisa serão levantados alguns artigos, parágrafos, incisos da legislação vigente no município, pertinentes para a discussão do terceiro capítulo, onde será debatido através da análise fotográfica, se os itens teóricos pautados nesse tópico se aplicam na prática.

Dentro da legislação da cidade o item que dispõe sobre as normas de uso e ocupação do solo no município encontra-se no capítulo destinado à preservação do patrimônio histórico-cultural. O artigo 56º desse capítulo dispõe a respeito da utilização de bens arquitetônicos patrimoniais e do espaço ao en-

15 [Plano diretor é o] Instrumento básico de um processo de planejamento municipal para a implantação da política de desenvolvimento urbano, norteando a ação dos agentes públicos e privados. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1991, p. 1)

torno desse bem. Segundo o artigo:

- I – os usos dos imóveis tombados deverá ser compatível com a necessidade de proteção do conjunto urbanístico e de suas edificações, bem como deverá garantir o bem estar de seus habitantes e usuários;
- II – não serão permitidas atividades que ponham em risco a integridade física da área e de suas edificações, tais como:
 - a) depósitos de inflamáveis, explosivos ou fogos de artifício;
 - b) indústrias cujo padrão de emissão seja incompatível com esta área protegida;
 - c) atividades cuja natureza requeira a utilização de transportes pesados;
 - d) edifícios e pátios de estacionamento de grande porte. (CASTRO, 2011)

Em diversos momentos da lei é levantada a importância da garantia da integridade física e paisagística do patrimônio histórico cultural da cidade, não permitindo que qualquer interferência no bem e no meio que o cerca o prejudique de alguma forma.

A respeito da interferência paisagística, um dos incisos da legislação aborda a utilização de fiação elétrica subterrânea, pois a fiação aparente acarreta na poluição visual ao entorno dos bens edificados, além de promover a descaracterização da memória histórica que o bem visa proporcionar, visto que estas edificações são originárias do período imperial, quando não havia iluminação, sendo a rede de fios intervenções indevidas no bem edificado (CASTRO, 2011).

Outro aspecto previsto na lei citada e que é de extrema importância para a garantia física do bem está previsto no artigo 60º, em que prevê que na área de preservação do patrimônio histórico cultural “[...] não será permitida a circulação de veículos pesados [...]” (CASTRO, 2011), para que a trepidação provocada por esses veículos, como caminhões, ônibus, escavadeiras, etc, não danifiquem as estruturas do bem arquitetônico.

Como forma de gestar a preservação do patrimônio edificado municipal, quatro Graus de Proteção são atribuídos:

- I – Grau de Proteção Um (GP1) – proteção rigorosa, diz respeito aos edifícios com importância histórica e/ou arquitetônica relevantes para o conjunto urbano, que deverão ser mantidos integralmente com os aspectos originais de sua concepção sendo permitidas intervenções que venham a recuperar as suas características originais e modificações internas e tão somente aquelas destinadas à melhoria de habitabilidade;
- II – Grau de Proteção Dois (GP2) – proteção rigorosa, diz respeito aos edifícios com importância histórica e/ou arquitetônica relevantes para o conjunto urbano, os quais sofreram, no decorrer do tempo, alterações de maior significação na concepção origi-

nais, e que, portanto, deverão ser mantidos integralmente com os aspectos originais remanescentes de sua concepção, sendo permitidas intervenções que venham a recuperar suas características originais e modificações internas exclusivamente para melhoria da habitabilidade;

III – Grau de Proteção Três (GP3) – também denominado de Unidade de Acompanhamento, diz respeito aos edifícios que necessitam de acompanhamento técnico em caso de reforma, para garantir que as intervenções mantenham a sua volumetria e assegurem a sua harmonia com o conjunto urbano;

IV – Grau de Proteção Quatro (GP4) – unidades que poderão ser substituídas integralmente, obedecendo, para as novas edificações, as normas estabelecidas nesta lei ou legislação pertinente para o assunto. (CASTRO, 2011)

As intervenções mencionadas nos incisos acima citados e grifados podem ser vistos como os atos de restauração, debatido com grande intensidade na Carta de Veneza de 1964.

Um ponto relevante para a discussão está envolvida das novas edificações que serão inseridas no setor urbano de preservação, segundo o artigo 63º, as novas edificações obedecerão as seguintes disposições.

- I – as aberturas nas fachadas frontais deverão corresponder a, no máximo, 2 (dois) pavimentos;
- II – a inclinação máxima da cobertura será de 45% (quarenta e cinco por cento);
- III – as edificações deverão ser executadas no alinhamento predial sem recuo, podendo-se executar afastamento lateral a partir de 5m (cinco metros) contados do alinhamento;
- IV – os muros deverão ter altura mínima de 1,80m (um metro e oitenta centímetros) e máxima de 2,20m (dois metros e vinte centímetros), sendo permitidos elementos vazados de até o máximo de 30% (trinta por cento) de sua superfície;
- V – não será admitida a construção de marquises ou de quaisquer elementos construtivos que avancem além do alinhamento predial, exceção feita para toldos, sendo que estes não poderão seccionar vãos;
- VI – será autorizada a colocação de toldos somente no pavimento térreo, sendo que: para os imóveis com GP1 e GP2 os toldos deverão ser retráteis (de recolher) e fixados imediatamente acima das vergas das bandeiras das portas; e para os imóveis com GP3 e GP4 os toldos poderão ser fixos;
- VII – os vãos deverão harmonizar-se com o conjunto, levando em conta o ritmo e as proporções das edificações existentes nas adjacências;
- VIII – não será permitida a utilização de técnicas construtivas que coloquem em risco a integridade física das edificações lindeiras dos bens de interesse histórico e artístico no Setor Urbano Central de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural – SUCPRECH, tombado ou com interesse na preservação (CASTRO, 2011).

Verifica-se que este artigo da Lei Complementar nº32/2011 visa à coexistência do urbano moderno com o urbano antigo, sem que o último seja

sufocado ou substituído, mantendo sua valorização sem acarretar na interferência do desenvolvimento urbano da cidade.

Castro possui uma história visual muito marcante, que deve ser preservada, porém as ações que vem sendo tomadas na cidade para que isso aconteça são pouco consistentes, visto que as leis que defendem e protegem o patrimônio se mostram na teoria como concretas, no entanto, pouco é observado na prática. Discussão essa que será apresentada no capítulo três dessa pesquisa.

Observando o patrimônio: a condição atual dos prédios históricos de Castro.

Na seção anterior foi possível mapear como se constituiu o conceito de patrimônio e consequentemente a conservação de bens patrimoniais, através de leis protecionistas que se desenvolveram ao longo do tempo. Porém, na teoria os conceitos se apresentam de forma esclarecida e sugerem a integridade física e cultural do patrimônio, isso se aplica na prática?

A seguir será feito o diálogo entre a teoria de proteção patrimonial e a condição física real das quatro casas mencionadas no primeiro capítulo: Museu do Tropeiro, Museu Casa de Sinhara, Galeria Casa da Praça e Casa Emília Erichsen. Essa análise será possível através de tópicos levantados em visitas aos locais e um conjunto de fotografias que apresentam na atualidade qual a condição dos quatro espaços citados.

Uma ressalva deve ser pautada nesse capítulo, nenhum dos prédios citados são tombados a nível municipal, sendo assim, um imóvel tombado pelo Estado pode ser inserido nas legislações específicas criadas pelo município, no caso de Castro, o capítulo VIII da Lei Complementar nº 32 de 2011, já citada. Além disso, as leis Estaduais ainda protegem esses imóveis.

Ao observar a Lei municipal Complementar 32/2011, percebe-se a criação do Setor Urbano Central de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural – SUCPREHC, que acabou criando um pequeno setor dentro do Município de Castro que favoreceu a proteção do conjunto urbanístico e de suas edificações que correspondem a área em torno a Igreja Matriz, estando inseridos três das quatro casas trabalhadas nessa pesquisa, conforme visto nos mapas abaixo:

Apesar da Casa Emília Erichsen não fazer parte

desse Setor, assim como muitos outros imóveis tombados que não adentram na presente discussão, as leis Estaduais e Federais, citadas anteriormente, ainda são vigentes e presentes para que o Município, obrigatoriamente, atue diretamente na preservação desses espaços, assim como os seus respectivos proprietários.

Dessa forma, verifica-se que, apesar da omissão da legislação municipal perante alguns imóveis tombados, os mesmos ainda seguem protegidos por leis e políticas públicas de caráter estadual, que obrigam o município e os proprietários a preservá-los, conforme o Decreto-Lei nº 25/1937 (CABRAL, 2012).

Estado de conservação dos prédios.

Nesse tópico da pesquisa foi pautado qual o estado atual de conservação das estruturas prediais, onde um espaço foi comparado ao outro para a conclusão do tópico. As observações ocorreram em dois momentos distintos: inicialmente em saída de campo da disciplina de Arquivos, Museus e Patrimônio Histórico I em março de 2013, sob a supervisão da professora Elizabeth Johansen, e posteriormente em visita ocorrida isoladamente, no início de 2014.

Museu do Tropeiro.

Dos quatro imóveis analisados a casa que se encontra em estado crítico de preservação é o Museu do Tropeiro, fato que está atrelado a necessidade de seu processo de restauro, pois este é o imóvel mais antigo das quatro casas estudadas. Ele chegou nesse estado tal de degradação porque não recebeu medidas protecionistas capazes de frear a degradação da estrutura. O espaço, que é um dos principais espaços museais da cidade, atualmente encontra-se fechado para visitação. Enquanto ativo chegou a registrar um número aproximado de 18 mil visitantes ao ano. Demanda que requer cuidado, pois um fluxo grande de visitantes, sem manutenção regular, responsabilidade do proprietário, no caso a Prefeitura Municipal de Castro, detentora da posse do imóvel desde 1975, acarreta a danificação da estrutura.

Porém, mesmo com as ações de proteção mantidas pelos funcionários, como utilização de pantufas, para a preservação do chão; colocação de lonas, para proteger o assoalho e o acervo dos danos causados pela chuva; readequação de peças, para proteção das paredes, é perceptível a necessidade de ações intensas na estrutura, para assim garantir a longevidade do

prédio e sua memória.

Atualmente o prédio passa por intervenções emergenciais necessárias para a conservação e ampliação da vida útil do imóvel, ocorrendo o processo de restauração da cobertura do museu, subsidiada com recursos próprios da Prefeitura de Castro. (PORTAL AREDE, 2014)

Museu Casa de Sinhara.

Apesar da imponência que a arquitetura da casa apresenta e da localização favorecida, por encontrar-se diretamente a frente da Igreja Matriz de Sant'Anna, espaço não somente religioso, mas com forte presença turística e cultural, o prédio do museu encontra-se na atualidade com problemas estruturais muito graves, sendo considerado inadequado para sediar um espaço cultural.

E mesmo com os mecanismos de proteção tendo sido adequados para a visitação, como a utilização de pantufas de pano, para melhor conservação do assoalho, a estrutura da casa encontra-se comprometida em sua totalidade, isso devido a falta de manutenção regular, que é de responsabilidade do proprietário do imóvel e do município. Ambos possuem responsabilidade, o proprietário como dono do imóvel e a Prefeitura como locatária, devendo conservar o imóvel conforme o estado em que se encontrava no momento de locação. Porém, até o presente momento, nenhuma ação de restauro e proteção foi tomada perante o prédio.

Atualmente o prédio da Casa de Sinhara está fechado, devido ao estado crítico de degradação em que se encontra, sem previsão para intervenções emergenciais e fundamentais. No entanto, seu acervo encontra-se exposto na Galeria Casa da Praça, por tempo indeterminado.

Galeria Casa da Praça.

O prédio que cedia a Casa da Praça, encontra-se em bom estado de conservação, mas deve ser levado em pauta que no seu processo de restauro a casa foi em quase sua totalidade reconstruída, sendo apenas mantido alguns detalhes da parede original, para apresentar ao público visitante a composição inicial do imóvel.

Apesar das intervenções terem sido tão drásticas, a arquitetura da casa sofre com danificações causadas principalmente pela ação do tempo.

Casa de Cultura Emília Erichsen.

De todos os prédios analisados, a Casa de Cultura se caracteriza como o prédio em melhores condições de conservação, porém, assim como as demais casas, também possui problemas estruturais. Esse fato está relacionado com a demanda de visitantes, pois recebe cerca de 700 visitantes ao ano, menor número registrado em comparação com Museu do Tropeiro e Museu Casa de Sinhara, fato que se consuma pela sua posição geográfica e por ser desconhecido para muitos visitantes da cidade a existência de uma casa histórica aberta a visitação na rua Dr. Jorge Xavier da Silva, popularmente chamada de "rua do comércio". Apesar de ser necessária a utilização de um prédio histórico para fins culturais e assim garantir sua conservação, inicialmente debatido no I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos, ocorrido em outubro de 1931 em Atenas, é necessário também a manutenção regular, para que o fluxo de visitação não acabe danificando a estrutura do mesmo.

Alterações de estrutura (fachada).

Ao observarmos o estado de conservação de cada espaço, se faz necessário a análise de quais interferências anteriores a estrutura sofreu, levando em consideração as descaracterizações sofridas, seja pela perda ou acréscimo de detalhes, para isso, registros fotográficos, datados de temporalidades diferentes se fizeram presente.

Museu do Tropeiro.

A trajetória física do imóvel que sedia o Museu do Tropeiro, se faz presente, já em 1827, na aquarela de Jean Baptiste Debret, onde é possível observar uma parcela da fachada original da casa.

Desse período até a atualidade, aparentemente pouco mudou em sua fachada. De todos os casarios observados, o prédio que sedia o Museu do Tropeiro, é o mais próximo da sua arquitetura original. Tendo sido substituído apenas a porta, encontrada na segunda abertura da esquerda para a direita, por uma janela. Nota-se na imagem abaixo, ano de restauro do museu, que a porta havia sido recém fechada.

Outro processo de intervenção ocorre na atualidade, que é o restauro do telhado, ou seja, uma ação de caráter emergencial, devido ao estado crítico em



FIGURA 1 - Restauro do telhado do Museu do Tropeiro - 2014.
FONTE: Márcio Bueno.



que se encontrava o mesmo. O processo já encontra-se em fase final, sendo investido aproximadamente R\$ 179 mil no serviço, com recursos próprios da Prefeitura.

Museu Casa de Sinhara.

Poucas mudanças físicas são perceptíveis na fachada da Casa de Sinhara desde sua construção, sendo a segunda casa com o registro de construção mais antigo dessa pesquisa, datado do ano de 1843. Uma característica marcante, é a perda da segunda porta, perceptível na imagem abaixo, localizada a direita da fachada do prédio. Intercalando o paisagismo da cidade e a presença da arquitetura do antigo Colégio São José, atuante de 1904-1994 (FILHO, 2009, p. 10), podemos estimar o registro fotográfico do início do século XX, não precisando um ano exato.

Apesar de pouco ser alterado da fachada do imóvel, a intervenção mais notável da estrutura, após o processo de restauro em 2003, encontra-se internamente.

Nota-se nas imagens acima que apenas uma

parcela do forro foi trocado por forro de PVC, destoando do restante da arquitetura, onde a madeira adornada se faz presentes nos outros cômodos da casa.

Galeria Casa da Praça.

A Casa da Praça, possui em sua história, três fases marcantes referentes a sua arquitetura. De forma resumida, inicialmente a casa possuía dois pavimentos, posteriormente foi reformada passando a ter apenas um, na década de 1990 a casa foi restaurada após um período de abandono.

O principal fator observado nos registros fotográficos a respeito da reconstrução da casa não ter seguido o estilo arquitetônico de 1870, está vinculado a especulação imobiliária, pois as novas edificações foram construídas no entorno do prédio, não possibilitando a reconstrução da arquitetura original.

Além da modificação drástica observada do



FIGURA 2 - Processo de reconstrução da atual Casa da Praça, década de 1990.
FONTE: Museu do Tropeiro.

primeiro momento para o segundo, é relevante as alterações de fachada e de espaço ocorridas do segundo para o terceiro momento. Nota-se que o prédio, perdeu sua rusticidade inicial, recebendo no processo de restauro traços arquitetônicos mais leves, suavizando a fachada. Outro ponto foi a perda espacial, ou seja, ao observarmos a lateral da casa notamos que do segundo para o terceiro momento o espaço físico da arquitetura reduziu.

Casa de Cultura Emília Erichsen.

Conforme as imagens abaixo, observa-se que a Casa sofreu algumas modificações estruturais no processo de restauro ocorrido em 1990. A primeira foto remete ao período entre os anos de 1910 a 1980, época em que a casa ficou sob posse da Família Betenheuser, a segunda fotografia remete a 2014.

Durante o processo de restauro, foi buscado a conservação de detalhes da fachada, como colorização, ornamentos laterais e esquadrias das janelas, porém a porta lateral foi removida. Nesse caso, a casa perdeu seu valor como imóvel comercial e adquiriu a função de guarda de memória.

Situação da estrutura atual:

O presente tópico tem o intuito de mapear a casa internamente, apresentando o aparecimento de rachaduras, infiltrações, descamações de tinta, em seus diferentes níveis de gravidade, outros fatores também foram observados como a intervenção das chuvas no prédio, tanto interna quanto externamente e o aparecimento de agentes biológicos degradantes, tais como cupins e traças.

Museu do Tropeiro.

Os problemas encontrados no espaço são, em comparação com as demais casas, os mais intensos. Nas imagens abaixo, extraídas do Projeto de documentação e restauro do Museu do Tropeiro do ano de 2010, podemos observar as danificações estruturais agravantes, as quais se espalham por toda a arquitetura da casa.

As imagens apresentam diversas rachaduras, assim como infiltrações, descamações da pintura original, infestação de agentes biológicos como cupins e traças, agentes degradantes que resultaram na situação atual do prédio.

As chuvas e o passar dos anos também exer-



FIGURA 3 - Ação degradante das chuvas, 2013.
FONTE: Acervo pessoal da autora.

ceram seu papel de agentes degradantes nesse quadro. Em períodos de grandes chuvas o aparecimento de goteiras se propagava por toda a extensão do prédio, não se limitando a pequenos focos. Como observado nas imagens a seguir.

Observa-se nas imagens acima, que não somente a estrutura, como assoalho e forro foram danificados pela ação das chuvas, mas o acervo também, pois na primeira imagem é possível observar o pilão, peça do acervo do setor sobre escravidão, umedecido.

A vulnerabilidade do imóvel se tornou tão intensa, que após a remoção do acervo do prédio e a instalação do mesmo em outro local, parte do reboco da parede que encontrava-se atrás de um móvel em exposição, cedeu, conforme visto na imagem abaixo.

Mesmo com a beleza da arquitetura que escondia-se abaixo do reboco, a situação é entristecedora, pois apresenta o grau de degradação da casa mais antiga da cidade.

Museu Casa de Sinhara.

A situação do espaço Casa de Sinhara é crítico, a falta de manutenção levou ao desgaste físico de toda a estrutura da casa, desde o chão, paredes ao forro.

Nas imagens a seguir, podemos observar os danos estruturais tanto interna quanto externamente da casa, sendo corrente o surgimento de goteiras, descamação da pintura da parede, proveniente da umidade, proliferação de cupins e desgastes dos encaixes das paredes.



FIGURA 4 - Danos na estrutura da atual Casa de Sinhara, 2014.
FONTE: Acervo pessoal da autora.

De todas as ambientações, as que se encontram mais comprometidas são a ala que abrigava a cozinha da exposição (sala dos fundos) e a ala que abrigava o quarto da “sinhazinha” (cômodo da frente do lado esquerdo).

No cômodo ao fundo foi perceptível o desgaste da proteção da porta dos fundos, provocando sua queda, além do desgaste da própria porta.

O cômodo da frente, do lado esquerdo, foi a peça mais afetada com o passar dos anos, fato que se apresenta principalmente pela lateral do cômodo estar próximo a uma rua de intenso fluxo de veículos, incluindo caminhões e ônibus. A presença de uma lombada ao lado dele auxiliou no processo de degradação, pois o impacto de veículos pesados com a mesma causou fortes trepidações, comprometendo fisicamente a estrutura e também prejudicando a sonoridade dentro do ambiente, interferindo durante as monitorias, que eram fornecidas pelo espaço como local de propagação de cultura e memória,

A estrutura também sofre com a ação de vândalos, que desrespeitam o espaço como público e como histórico, fazendo pichações nas paredes e muros da casa, uma forma de depredação danosa para a estrutura e a estética, ocorrências preocu-

pantes que se propagam em diversos espaços da cidade.

Galeria Casa da Praça.

Como já mencionado o bom estado de conservação do prédio, está ligado a sua recente reconstrução, não apresentando danos sérios de rachaduras ou infestações, porém a casa apresenta danos causados principalmente pela ação da chuva, em que o telhado não impede a passagem de água, comprometendo o assoalho e o acervo. Medidas protecionistas são tomadas por parte dos funcionários, como o afastamento de acervos e a colocação de lona, para tentar frear os danos causados pela água.

Segundo mencionado pela própria coordenadora da Casa, *Marta Napoli*, as chuvas comprometem a estrutura da casa, podendo acarretar problemas mais sérios a longo prazo.

Casa de Cultura Emília Erichsen.

A situação atual da casa quando comparada às demais, mostra-se boa, porém como já mencionado, não está imune de sofrer problemas estruturais. Não



FIGURA 5 - Área externa da Casa de Cultura, 2014.
FONTE: Acervo pessoal da autora.

foi constatado a presença de goteiras, porém infiltrações e danificações externas provenientes da ação do tempo são visíveis.

Além das presentes danificações, a casa também sofre danos internos, como rachaduras, desgastes de portas e janelas, além da presença de agentes degradantes como cupins e traças.

Nota-se que as grandes degradações estão do lado externo, espaço sujeito a ação do tempo e de vândalos, que acabam por usufruir do espaço de forma indevida, ocasionando pichações e depredações.

Área externa:

A área externa das casas observadas, se mostra como fator fundamental no processo de degradação das estruturas e poluição visual, devido a não conscientização pública em relação a circulação de veículos, ao

paisagismo, relacionado principalmente com a colocação de fiação elétrica visível e o crescente desenvolvimento de novas edificações nos perímetros próximos as casas, o que compromete a visualização dos imóveis.

Museu do Tropeiro.

A área ao entorno do Museu é a que se encontra menos comprometida, as arquiteturas que rondam o perímetro são estruturas de caráter histórico, que se adequam ao estilo do prédio, porém datadas posterior ao processo de construção do museu. Além da questão paisagística arquitetônica, o calçamento se encaixa nessa ambientação antiga, sendo de paralelepípedos, “pavimentação comum das ruas há meio século, [...] atualmente estão restrito aos bairros mais antigos e às ruas de menor movimento das cidades.” (SILVA, 2001)

Apesar de ser um calçamento típico do século XX, não estando adequado com o período arquitetônico colonial do Museu, que possui para sua época de construção a forma de terra de chão, o calçamento de paralelepípedo está vinculada no imaginário popular a cidades históricas, a bairros antigos, a locais de guarda da memória. Portanto, torna-se importante a presença do mesmo no entorno do imóvel do museu, para ambientar o cenário, possibilitando ao visitante a sensação de estar presente em uma época que não a sua.

Mesmo com todo o cenário de “antiguidade”, a fiação elétrica visível se faz presente, não alterando porém a visualização na íntegra da arquitetura do museu, pois a fiação está acima da casa, e não há a presença de postes de luz à frente do prédio.

No quesito circulação de veículos pesados, a área apesar de possuir ruas estreitas que dificultam tal circulação, não impedem que caminhões e até mesmo ônibus escolares circulem no entorno do museu. Em relação a ônibus e vans, o acontecimento é corriqueiro devido a presença de colégios nas proximidades do Museu e a visita de escolas ao acervo da instituição, sendo necessária a manobra de tais veículos à frente do museu, para facilitar o deslocamento de alunos.

Museu Casa de Sinhara.

Assim como o prédio do Museu do Tropeiro, a Casa de Sinhara possui ao seu entorno arquiteturas antigas de diferentes estilos e períodos, encontrando-se de frente para a Igreja Matriz de Sant’Anna, referência arquitetônica na cidade. O calçamento de paralelepípedos foi mantido parcialmente no perímetro frontal da casa, no entanto, um processo irregular de recapagem de asfalto acabou por danificar esteticamente a lateral do imóvel.

Como já mencionado no tópico anterior, o quarto da frente do lado esquerdo da casa é o mais comprometido devido a trepidação intensa causada pela circulação de veículos de grande porte. Na imagem abaixo observamos a existência de um ônibus da Viação Cidade de Castro, de circulação diária ao lado da estrutura, e logo à sua frente é perceptível um sombreado na rua, local onde existia uma lombada que auxiliava nessa trepidação provocada pelos veículos pesados. A lombada foi removida e transferida para alguns metros abaixo na rua Francisco Xavier da Silva.

Galeria Casa da Praça.

Mesmo a casa estando inserida no núcleo de imóveis históricos ao entorno da Igreja Matriz, diversos elementos comprometem a visualização da mesma. Inicialmente é possível observar a questão do calçamento, pois após a recapagem irregular em frente ao espaço da galeria, ocorreu a descaracterização do calçamento original. Além disso, verificam-se diversas danificações causadas pelo trânsito cotidiano, visto que a rua à frente da casa é caminho diário de ônibus da Viação Cidade de Castro, além de rota principal no deslocamento de caminhões de grande porte vinculados a indústrias locais e a casas comerciais. Assim como do deslocamento de ônibus e vans particulares.

Outro ponto fundamental está relacionado a fiação elétrica extremamente visível, contando com a presença de um poste de luz em frente a porta de entrada do espaço, fugindo da sugestão da legislação em manter esse tipo de fiação e interferência afastada das áreas históricas.

Ao observarmos a fotografia nos remetemos a outro ponto importante, a influência exercida pelas novas edificações perante as edificações antigas. Ao fundo a presença de um edifício descaracteriza o ideário de local histórico, sobrepondo sua imagem a da casa. A construção do prédio caracteriza-se como um processo irregular, pois há o desrespeito em relação a altura prevista em lei, em que as novas edificações não devem possuir altura superior que venha a acarretar no sufocamento físico do espaço preservado, edificação que não foi citada durante o processo de restauro, pois conforme consta no mesmo a casa “situada a Praça Getúlio Vargas, esquina com a rua General Osório, estende-se o terreno até a rua Quinze de Novembro”, atualmente, este espaço é ocupado além da Casa da Praça por um edifício residencial. (SECRETARIA Municipal de Educação, 2002, p. 11)

Casa de Cultura Emília Erichsen.

Sendo possuidora de uma história marcante para o desenvolvimento da cidade, pois foi a sede do primeiro Jardim de Infância particular do país, a casa é comparada as demais como o imóvel mais danificado em relação ao seu paisagismo e a área ao entorno. Como já mencionado a casa está localizada na principal rua comercial do centro da

cidade e acaba por ser “afogada” pela grande poluição visual provocada pelas casas comerciais e símbolos da modernidade em ascensão.

A casa não se enquadra no setor urbano moderno onde está inserida, não por responsabilidade própria, mas pela não conscientização no processo modernizador da cidade, que ao expandir-se não pensou em seu patrimônio arquitetônico, que aos poucos passou a ser substituído.

As imagens abaixo mostram esse não enquadramento do imóvel nesse setor, fato que não permite que a Casa Emília Erichsen se enquadre no Setor Urbano Central de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural da cidade.

A poluição visual se intensifica quando observamos a fiação elétrica, que sobrecarrega a imagem, além da presença de dois postes de energia colocados na fachada da casa e na sua lateral.

A imagem abaixo apresenta um problema recorrente em todas as casas acima citadas, sendo local de intenso fluxo populacional e de veículos é comum ao seu entorno a presença de veículos pesados, causando trepidações e auxiliando no processo de degradação do espaço.

Apesar da existência de leis protecionistas que visam a garantia física do bem patrimonial, conforme foi visto no segundo capítulo desse trabalho, a legislação que deveria conservar as edificações, tanto pelo seu caráter arquitetônico, quanto memorial, não se aplicam na prática, quadro facilmente observado em Castro, mas não somente na cidade, em inúmeras regiões do país, o quadro mostrado em Castro se repete. O descaso com o bem público é enorme, ainda mais quando seu valor histórico se mostra tão fundamental. Preservar não é apenas tomar legalmente e aplicar a restauração sem uma manutenção regular e uma vistoria constante.

A sensação que isso causa é de vulnerabilidade histórica, ou seja, a história perde-se nos meandros da modernidade, pois, é deixada de lado pela valorização do presente e do futuro, como se o passado de nada valesse. Cada dia mais, prédios históricos e espaços museais tornam-se lugares de “velharias”, como se o passado fosse um período muito distante e que não exerce nenhuma influência em nossas vidas na atualidade.

Com isso, o objetivo dessa pesquisa não se encerra em apenas apresentar a situação real do patrimônio arquitetônico em Castro, mas ser um ponto de partida para se pensar em ações que ajude

dem a modificar a legislação vigente e exigir a melhor aplicação desta, para que a conservação do bem patrimonial, não fique apenas na teoria.

Considerações Finais

O propósito desse trabalho se constitui em apresentar academicamente os pontos que são discutidos e visualizados na cidade de Castro, no que tange a preservação do patrimônio arquitetônico e sua conservação, principalmente referente à degradação de arquiteturas históricas e o descaso dos órgãos públicos para com a proteção dessa memória física visual. “Colocar no papel” as condições em que o patrimônio arquitetônico da cidade se encontra, suas fraquezas e delimitações, ilustrando, após o mapeamento e entendimento da legislação protetora vigente, o desrespeito do poder público em relação à memória cidadina.

Ao observarmos o conjunto de leis e as discussões pertinentes à preservação patrimonial em nível nacional e internacional, e como elas se desdobram ao longo dos anos até adentrar no espaço castrense, vemos a preocupação em resgatar e guardar a memória em suas diferentes características, na importância de um local em manter viva suas origens e cultura, porém esse ideário se mantém na teoria, não sendo aplicado na prática, ou quando aplicado, de forma insuficiente, precária e tardia. Percebemos assim com facilidade o abandono patrimonial tornando-se cada vez mais presente no cotidiano urbano do município, onde o urbano antigo está sendo esquecido e substituído pelo urbano moderno e as ações, cada vez mais escassas, permitindo essa substituição.

Castro, mesmo sendo a primeira cidade paranaense, exercendo um papel importante no ciclo do tropeirismo e sendo uma cidade turística histórica, recebe pouco incentivo para a permanência da história local, visto que há um descaso brutal dos órgãos públicos para com o seu patrimônio cultural e edificado, fato observado no decorrer dos anos, em que diversos espaços culturais e históricos sofreram com diferentes agentes degradantes internos e externos e a falta de manutenção apropriada, como ilustrado no capítulo três dessa pesquisa.

Outro fator agravante em relação a esse descaso está vinculado a especulação imobiliária, pois o mercado imobiliário julga arquiteturas antigas como empecilhos, como atraso de crescimento urbano

e acaba por se apresentar como uma força intensa em contraponto à preservação patrimonial. É muito comum em cidades que possuem bens históricos o abandono total dos imóveis, levando-os a ruína, algo muito benéfico para o mercado imobiliário que executa projetos, antes mesmo da queda total do bem. Castro não foge a essa regra. A dita “Rua do Comércio”, oficialmente chamada de Rua Dr. Jorge Xavier da Silva, antiga Rua das Tropas, na qual se encontra a Casa de Cultura Emília Erichsen, apresenta diversos quadros como esse acima citado. Algumas edificações históricas foram sendo gradativamente substituídas por espaços comerciais ditos modernos e até mesmo por pequenos edifícios e sobrados, que em nada preservaram da arquitetura antiga. Pouco da arquitetura original da rua se mantém, como o caso da Casa de Cultura e alguns outros espaços, que apesar do sufocamento que sofrem pelo crescimento urbano se mantêm presentes na cidade.

Ao observar o processo de construção da legislação patrimonial em Castro, percebe-se sua vulnerabilidade, sua fraqueza em repassar um ideal de preservação histórico-cultural do município enquanto política pública própria, pois, passa a sensação da criação de uma legislação protetora criada por pressão e interesses superiores, que estão além do senso de preservação da história da cidade, envolvendo interesses políticos e econômicos ligados a uma classe e ao poder público. Os mesmos visam além da preservação da memória elitista, muitas vezes ligada a história das grandes famílias as quais pertencem, também o recebimento de recursos financeiros que venham para auxiliar no processo de preservação. No entanto, conforme os dados levantados por essa pesquisa o bem que representa a elite, mesmo recebendo certa valorização, encontra-se abandonado em diversos aspectos, devido a precariedade da legislação. Percebe-se nesse caso a necessidade da ampliação e aprofundamento da legislação local, que forneça mais segurança na aplicação da verba destinada aos cuidados dos bens e também, que promova a atuação e o comprometimento intenso do poder público e da sociedade nessa preservação.

Castro possui oito bens tombados a nível estadual, e um a nível municipal, sendo este o Grande Hotel, localizado na Rua Cipriano Marquês de Souza, possuindo seu registro em 2003. Um número baixo se comparado a cidades como Curitiba e Paranaguá, que possuem cada uma mais de vinte bens tombados. Esse número pode ser justificado pela

não valorização da importância da cidade em relação à história do Estado, essa não valorização parte tanto dos poderes públicos quanto de uma parcela da sociedade castrense que não percebem a necessidade da valorização da história e do patrimônio, seja ele material ou imaterial, para a preservação identitária da sociedade, tanto quanto para o desenvolvimento econômico, promovido pelo turismo histórico. Apesar do debate sobre a importância histórica patrimonial da cidade ter iniciado na metade do século XX, com o auxílio da Professora Judith Carneiro de Mello, conforme mencionado no segundo capítulo, muito pouco é feito para uma valorização mais efetiva. As ações preservacionistas não partem do poder público ou da grande massa que compõe a cidade, mas parte de pequenos núcleos vinculados aos espaços culturais e a memória local. São esses pequenos grupos, que hoje, não somente discutem, mas também buscam intensificar a importância histórica tanto da cidade para com o Estado, quanto a presença do ciclo tropeiro na região e de outros grupos pouco valorizados, como indígenas e escravos, e promovem ações para que a memória edificada e cultural não seja apenas uma memória do passado.

Claro, ações foram e são feitas pelos setores políticos, porém exercem pouco peso. Uma dessas ações, diz respeito à tentativa de tombamento do dito “Centro Histórico”, tentativa datada de 2005 e que moveu opiniões dos cidadãos, onde muitos foram contrários a essa medida preservacionista acreditando que o tombamento acarretaria na desvalorização do imóvel. Mesmo que na época pessoas ligadas a questão da preservação patrimonial, como Suzana Sampaio, do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), Dalmo Vieira Filho, superintendente em Santa Catarina do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Sergio Leoni, ex-prefeito do município da Lapa e Rosina Parchen, chefe da Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná, tenham defendido a proposta preservacionista, não houve o convencimento da maioria populacional.

Se pararmos para pensar, esse não convencimento é movido principalmente por dois fatores fundamentais: valores culturais e descaso político. Os valores culturais estão atrelados ao fato do Brasil não pensar em seu patrimônio em larga escala, ou seja, analisar o patrimônio material ou imaterial como casos isolados, ver esses símbolos locais como distintos em cada região, não percebendo que cada um dos prédios, dos monumentos, das culturas, das

simbologias pertencem a uma única cultura, a cultura brasileira, e que todos dialogam entre si. É preocupante pensar no futuro do patrimônio nacional, quando se pensa que o mesmo país que não analisa seu patrimônio em grandes proporções e não possui uma efetivação garantida das legislações patrimoniais, foi o primeiro da América Latina a promover uma discussão sobre a preocupação em relação as edificações significativas para a memória nacional e a regulamentação de uma preservação efetiva, que ocorreu na década de 1930 com a criação de um projeto de lei que visasse a preservação do patrimônio histórico e artístico brasileiro, dando base para o Decreto-Lei nº 25 de 1937, o qual promoveu a criação do SPHAN, importante órgão de preservação do patrimônio.

Nesse ponto se insere o descaso por parte do poder público em diferentes níveis, que muito pouco age para a preservação desse patrimônio cultural. As políticas que preservam e que incentivam a valorização patrimonial se mostram falhas, pouco aplicadas, muito interessantes apenas na teoria, havendo muito pouco em relação a planejamentos e ações.

Para que a valorização e a conservação se apliquem a conscientização histórica deve partir de ambos os lados, ou seja, por parte da sociedade e no meio político, para isso é fundamental ações que estimulem essas discussões como o incentivo de eventos, simpósios, congressos que debatam a temática preservação e valorização patrimonial em todos os níveis, nacional, estadual e municipal. Muitas cidades interioranas, como Castro, demoram a perceber a importância de tais eventos para o entendimento de seu patrimônio, sendo assim as discussões se dão em pequenos núcleos, em palestras sobre outras temáticas ou que acabam por mover um público pouco numeroso, pois o assunto da preservação ainda não desperta o interesse da população, isso devido ao comodismo a que foram sempre criados, achando que a degradação das arquiteturas históricas segue uma ordem natural.

Esse quadro poderia ser alterado, se houvesse na cidade uma ação intensiva de educação patrimonial enquanto política pública, isto é, levar às escolas e às comunidades a importância em se preservar a memória, física e cultural da cidade. Por intermédio de funcionários e voluntários do Museu do Tropeiro, no ano de 2013, as práticas de educação patrimonial começaram a ser disseminadas na cidade, de forma tímida, porém já mostrando que é possível a existência e a efetivação de tais ações dentro do muni-

cípio. Conforme divulgado pela própria instituição, o projeto “Museu na Escola”, surgiu com a participação do espaço museal na 11ª Semana Nacional de Museus, promovido pelo Instituto Brasileiro de Museus. O projeto possuiu a finalidade da criação de uma exposição itinerante, que levou a escolas municipais do interior do município a oportunidade de conhecerem o acervo do Museu do Tropeiro, já que muitas dessas escolas não possuem recursos para a visitação de espaços culturais. Além de fornecer a esses alunos, uma mostra do que foi e como era o cotidiano tropeiro.

Ações como essa abrem portas para a discussão sobre memória, patrimônio e identidade no público principalmente jovem do município, permitindo que os mesmos enxerguem a história, os locais de guarda como não somente resquícios do passado, como velharias que influenciam alguma exercem na sociedade atual. É necessário que tais ações não se limitem a apenas um grupo específico, mas alcancem grandes níveis na sociedade, atingindo também outros setores culturais, que influenciaram na construção histórica da cidade de Castro.

O patrimônio histórico castrense está abandonado em muitos aspectos, seja ele tombado ou não, e não somente o do município, mas levando a nível nacional, o descaso é alarmante em diferentes localidades, pois ocorre uma falta de consciência para com a memória sendo essa importante para o entendimento da constituição social. O passado não é um tempo isolado, está em constante conversação com o hoje, sendo o patrimônio edificado, nesse contexto, de extrema importância para a visualização desse passado que se faz muito presente na história dos dias atuais, visto que também é um dos elementos formadores de nossa identidade.

Como já mencionado esse trabalho se caracteriza como um ponto de partida, a base para uma futura pesquisa que manterá o foco no patrimônio castrense, porém se atendo às discussões referentes ao papel da sociedade na conservação patrimonial, e em ações, que permitam uma maior valorização desse patrimônio, por parte tanto dos poderes públicos, quanto da sociedade detentora dessa memória.

Fontes

Cartas patrimoniais

CARTA DE ATENAS. Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações. Outubro de 1931.

CARTA DE VENEZA. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos ICOMOS-Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Escritório. Maio de 1964.

COMPROMISSO DE BRASÍLIA. 1º. Encontro de Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais. Abril, 1970.

COMPROMISSO DE SALVADOR. II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Outubro de 1971.

MANIFESTO DE AMSTERDÃ. Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico Ano do Patrimônio Europeu. Outubro de 1975.

NORMAS DE QUITO. Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse Histórico e Artístico - O.E.A.-Organização dos Estados Americanos. Novembro-Dezembro de 1967.

Legislação

BRASIL. Decreto nº 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, 1937, p. 24056. Art. 1º

BRASIL. Decreto-lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941. Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, 1937, p. 14427.

BRASIL. Lei 8.245/91 de 18 de outubro de 1991. Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 1991, p. 22961.

CASTRO. **Lei Complementar nº32/2011**. Atualiza a Lei Complementar nº. 08/2006, que Dispõe sobre as normas de Uso e Ocupação do Solo no Município de Castro. 2011. CAPÍTULO VIII.

CASTRO. **Lei Municipal nº 1205/2003**. Cria a Comissão Municipal de Preservação Histórica de Castro e institui normas de preservação da memória da cidade e do patrimônio histórico. setembro de 2003.

CASTRO. **Lei Municipal nº 1467/2006**. Dispõe sobre a preservação do patrimônio histórico cultural do município de Castro, cria o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico Cultural e institui o Fundo de Proteção do Patrimônio Histórico Cultural. Agosto de 2006.

CASTRO. Renovação de Contrato de locação nº011/2012: Segundo termo aditivo. **Diário Oficial Eletrônico do Município de Castro**, Paraná. fev. 2014.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Lei Estadual nº 112 de 15 de outubro de 1948. Cria na Secretaria de Educação e Cultura a Divisão do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural do Paraná. **Diário Oficial**, 19 de outubro de 1948.

PARANÁ. Constituição (1989). **Constituição do Estado do Paraná**. Promulgada em 5 de outubro de 1989. **Diário Oficial**, Curitiba. 1989.

PARANÁ. Lei Estadual nº 38 de 31 de outubro de 1935. Fica instituído o Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Cultural do Paraná. Curitiba.

PARANÁ. Lei Estadual nº 1.211 de 16 de setembro de 1953. : Dispõe sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná. Palácio do Governo em Curitiba. 1953.

PROVÍNCIA DO PARANÁ. Lei nº 14 de 21 de janeiro de 1857. Aprova a elevação das cidades villas de Castro e Antonina a categoria de cidade. **Diário Oficial do Estado do Paraná**. Curitiba, Livro de leis e resoluções da Assembleia Legislativa Provincial. v.I, 1857.

Acervos fotográficos

Acervo do Museu do Tropeiro.

Acervo pessoal de Márcio Bueno.

Acervo pessoal da autora.

Registros fotográficos retirados da documentação feita para o projeto de Restauro do Museu do Tropeiro: BAPTISTA, Paula; BORGES, Maria L.V.B.; GALLARZA, Gabriel; GAISSLER, Maria Augusta B. **Documentação Histórica; Levantamento Arquitetônico/Diagnóstico de situação; Registro fotográfico**. In. Projeto de documentação e restauro - Museu do Tropeiro de Castro.

Registros fotográficos extraídos do meio eletrônico:
JORNAL Página Um. 29 e 30 de Julho de 2014
GAZETA do Povo online. 14 de Janeiro de 2014
GOOGLE EARTH-MAPAS. Castro - Paraná.

Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NB 1350 - **Normas para elaboração de plano diretor**. Rio de Janeiro, 1991.
- BAPTISTA, Paula; BORGES, Maria L.V.B.; GALLARZA, Gabriel; GAISSLER, Maria Augusta B. **Documentação Histórica**; Levantamento Arquitetônico/Diagnóstico de situação; Registro fotográfico. In. Projeto de documentação e restauro - Museu do Tropeiro de Castro-PR. setembro de 2010.
- BARROS, Thiago Z. **Imigração Estrangeira no Jornal A Província do Espírito Santo (1882/1889)**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.
- BIDA, Gisele L. Instituição Escolar: o Jardim de Infância de Emília Erichsen. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.25, março 2007 2006.
- BOJANOSKI, Silvana de F.; GONÇALVES, Margarete R. F.; SANTOS, Aline A. M. dos. Políticas Públicas de preservação: instituições, personalidades e salvaguarda do patrimônio documental da arquitetura no Brasil. In: GONZÁLEZ, Ana M. S.; JÚNIOR, Cláudio de S. M.; MICHELON, Francisca F. **Políticas públicas e patrimônio cultural** : ensaios, trajetórias e contextos. Pelotas : Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2012.p.15-33.
- BORBA, Oney, B. Os lopoenses. Curitiba: Editora Lítero-Técnica, 1986.
- BUENO, Fidélis. **Casa Pedro Novaes**. Castro, 2002. Não publicado.
- CAMPOS, Guadalupe do N; GRANATO, Marcus. **Teorias da conservação e desafios relacionados aos acervos científicos**, Revista Midas Online, 2013. Disponível em: <http://midas.revues.org/131>. Acesso em: 31 de julho de 2014.
- CARVALHO, Karoliny D; SIMÕES, Maria de L. N. **Lugar de memória e Política de preservação do patrimônio interfaces com o turismo cultural**. VIII SEMINÁRIO da Associação Nacional Pesquisa e Pós Graduação em Turismo. Santa Catarina, 2011.
- COLIN, Sílvio. **Técnicas construtivas do período colonial- I**. 2010. Disponível em: <http://coisasdaarquitectura.wordpress.com/2010/09/06/tecnicas-construtivas-do-periodo-colonial-i/>> Acesso em: 18 de mai. 2014.
- CORÁ, Maria A. J. Memória e Patrimônio imaterial: formação de identidade a partir dos patrimônios culturais do Brasil. **Revista Nau Social**. v.4, n.6, mai/out 2013.
- COSTA, Debora R. M. da. **Aspectos críticos em obras de restauração arquitetônica no Estado**: a experiência do arquiteto Edgar Bittencourt da Luz. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.
- DIÁRIO dos Campos Online, Ponta Grossa, 16 de setembro de 2011. Disponível em: <http://www.diariodosc Campos.com.br/cidades/2011/09/conferencia-em-castro-avalia-plano-diretor/1003119/>> Acesso em: 24 de agosto de 2014.
- DIÁRIO oficial eletrônico do município de Castro. Castro, 21 de fevereiro de 2014. Disponível em: http://www.castro.pr.gov.br/site/diariooficial/2014/fevereiro/DOE%20521_21_02_2014.pdf.p7s>. Acesso em: 28 de set. 2014.
- DINIZ, João Maria F. **O Pelourinho na Vila Nova de Castro**. Castro, 2010. Não publicado.
- DINIZ, João M. F.; EHALT, Emerenciana; MELLO, Judith C. de; VILLELA, Léa C. **Cronologia, Castro antiga**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2003.
- DINIZ, João M. F.; VILLELA, Léa Maria C. **Igreja Matriz Sant'Ana**: cronologia. Castro: Kugler Artes Gráficas, 2009.
- ESTADO do Paraná. **Certidão de Tombamento de imóvel para registro imobiliário**. Curitiba, 1982.

FERREIRA, Aurélio B.H.. **Dicionário Aurélio Online**: Editora Positivo. 2008 – 2014. Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com>>. Acesso em: 11 julho 2014

FILHO, Ronie C. São José, o Colégio de Castro. Tese (Doutorado em Educação) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa História e Historiografia da Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba 2009.

FONSECA, Maria C. L. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2009.

_____. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario. (orgs). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. 2.ed.

FUNARI, Pedro P. A; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. 2º reimpressão.

GABRIEL, Kelton. **Geografia do Cotidiano**: Representação espacial e resistência cultural na zona pessoal cotidiana (ZPC) de imigrantes em Castro-PR. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Setor das Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

GÂNDARA, José M. G.; MASCARENHAS, Rúbia G. T. Comida de Festa: **O potencial de atratividade turística da gastronomia nas colônias de imigrantes em Castro** – PR. Revista Hospitalidade. v. XI, n. 1, junho de 2012.

GOVERNO do Estado do Paraná. **Espiraís do Tempo**: bens tombados do Paraná. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura do Paraná 2006.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **Dicionário Biográfico**: Maria Cecília Londres Fonseca. s.d. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/dicbio.php?id=00034>> Acesso em: 18 de mai. 2014.

INVITTI, Alessandra L. **O patrimônio cultural da cidade de Castro** – PR: ações para a conservação

da memória histórica. Dissertação (Mestrado em História) - Área de Concentração: Política, Movimentos Populacionais e Sociais, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2008.

JORGE, Ivan A. **Neoclassicismo**: contexto histórico. s.d. Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/neoclassicismo/neoclassicismo.php>> Acesso em: 18 de mai. 2014.

KERSTEN, Márcia S. de A. **Os rituais do tombamento e a escrita da história**. Curitiba, Editora da UFPR – Imprensa Oficial do Paraná, 2000.

LAVALLE, Aída M. **Nos tempos da província**: Emilia Ericksen e o ensino em Castro. Castro : Kugler Artes Gráficas, 1992.

LEANDRO, José Augusto. **Palco e Tela na Modernização de Castro**. Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1995.

LE GOFF, Jacques. Patrimônio histórico, cidadania e identidade cultural: o direito à memória. In: BITTENCOURT, Circe (Org.) O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1997. p.137-140.

MARX, 1991 apud ROMAGNOLLI, Matheus Di Osti; DEUS, Angela Golono de; TEIXEIRA, Gabriel de Sá; RICARDO, Lucas Correa. **A Urbanização no Período Colonial Brasileiro**: caso Lapa e Castro – PR. In: XVII Encontro Nacional De Geógrafos - XVII ENG, 2012, UFMG - Campus Pampulha, BH.

MATTOS, Regina P. de; PESSÔA, José S. de B. Conservação e Restauração de Patrimônio Arquitetônico. In: GRANATO Marcus; ROCHA, Cláudia R. A. da; SANTOS, Claudia P. dos. Conservação de Acervos – Museu de Astronomia e Ciências Afins. Rio de Janeiro: MAST, 2007.

MENDES, Luís B. Sobre a Emancipação do Paraná. Academia Paranaense de Letras, Paraná, 18 de março de 2014. Disponível em: <www.academiapr.org.br/artigos/sobre-a-emancipacao-do-parana/>. Acesso em: 1 mai. 2014.

MUSEU do Tropeiro. **Castro Antiga Sant'Ana do Iapó**: Patrimônio Cultural e Arquitetônico. Castro: Kugler Artes Gráficas, 2008.

MUSEU do Tropeiro Blog. **Exposição da Casa de Sinhara em novo endereço.** Disponível em: <museudotropeirocastro.blogspot.com.br/2014/06/exposicaocasa-de-sinhara-em-novo.html>. Acesso em: 08 jun. 2014.

NOGUEIRA, Antonio G. R. **Por um inventário dos sentidos:** Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2005.

NOSSA HISTÓRIA COMEÇA HÁ 306 ANOS. Câmara Municipal de Castro Disponível em: <www.camaracastro.pr.gov.br> Acesso em: 1 de mai. 2014

NUNES, Dúnia S.. **“Um homem prático valeroso”:** A Trajetória de Cristóvão Pereira de Abreu na América portuguesa (1737-1755). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2009.

OLIVEIRA, Lizéte D. de. O Caminho das Tropas. In: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi; BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). **Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul.** Porto Alegre: EST, 2004. Disponível em: <<http://cipa.icomos.org/fileadmin/template/doc/olinda/99c507.pdf>> Acesso em: 1 de mai. 2014.

PARANHOS, Zelyana B. **Atrativos Culturais do Município de Castro/PR:** Identificação do Potencial Turístico. Monografia (Bacharel em Turismo) – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba 2002.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Cultura e natureza:** os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. In: Revista Brasileira de História. São Paulo 2006, v. 26, nº 51, p. 115-140.

PRATA, Juliana M. **Patrimônio Cultural e Cidade:** Práticas de preservação em São Paulo. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTRO. **Prefeitura reformará telhado do museu do tropeiro.** Castro, 13 de Janeiro de 2014. Disponível em: <http://www.castro.pr.gov.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=1861:prefeitura-reformara-telhado-do-museu-do-tropeiro&catid=33:destaques&Itemid=36> Acesso em: 18 de mai. 2014

PUCCI, Paulo R. B. **Planejamento interpretativo do patrimônio cultural, histórico e arquitetônico da região central da cidade de Castro/Pr.** Monografia (Graduação em Turismo) - Setor de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Campus de Irati – PR. 2007.

RABELO, Cecília Nunes. **A proteção ao patrimônio cultural arquitetônico:** um estudo comparado entre o tombamento e o instituto análogo previsto na legislação portuguesa. 2010 Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade de Fortaleza. Fortaleza.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

RIBEIRO, José H. **Os tropeiros:** diário da marcha. São Paulo: Globo, 2006.

RIGO, Karina; VOGT, Fernanda. John Ruskin – **Restauradores e seus ideais.** Artigo elaborado na disciplina de Técnicas de Restauro do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Franciscano – UNIFRA, Santa Maria, RS, 2012.

ROSAS, José P. N. **A Fundação da Cidade de Castro.** Curitiba: Gráfica Vicentina Ltda. 1993.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pela comarca de Curitiba.** Curitiba: Fundação Cultural/Farol do Saber, 1995.

SALES, Ticiania O. **Práticas Urbanísticas e Preservação Patrimonial no Brasil.** Revista Crítica Histórica. Ano I, nº2, dezembro de 2010.

SCHELESKY, Maria S. G. **O Tropeirismo nos Campos Gerais.** Ponta Grossa, 1997. Monografia (Graduação em História) Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1997.

SECRETARIA do Estado da Cultura. **Tombamentos** – conceitos. s.d.p.2. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/>>

conteudo.php?conteudo=4>. Acesso em: 08 de agosto de 2014.

SECRETARIA Municipal de Educação, Cultura, da Criança e do Adolescente. **Casa da Praça**: Pesquisa Historiográfica. Castro, 2002. Não Publicado.

SILVA, Angelo J. C. **Coberturas**. Universidade Católica de Pernambuco - Departamento de Engenharia Civil. Recife, 2004. Disponível em: <http://www.tecomat.com.br/angelo/arquivos/obertura_apostila_unicap.pdf> Acesso em: 18 de mai. 2014

SUPRINYAK, Carlos Eduardo. **Os muares e a minas**: relações entre a demanda mineira e o mercado de animais de carga nos séculos XVIII e XIX. In: XII Seminário sobre a economia mineira. 2006. UFMG. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A034.pdf> Acesso em: 3 mai. 2014.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: UFBA, 2002.

TINOCO, Jorge. **Ofício do Estucador**. - CECI - Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada. Pernambuco 2007. Disponível em: <<http://www.ct.cecibr.org/cecibr/pesquisa/estudos/oficios-tradicionais/estruque.html>> Acesso em: 18 de mai. 2014.

ZUÑIGA, Solange. Políticas públicas, vontade política e conscientização dos níveis decisórios para preservação. In: **Cadernos do CEOM** - Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, Ano 18, n. 22, dez. 2005.